

UNIVERSIDADE DO VALE DO RIO DOS SINOS - UNISINOS
UNIDADE ACADÊMICA DE GRADUAÇÃO
CURSO DE RELAÇÕES INTERNACIONAIS

LUÍSA HELENA BENITES BOTELHO

A ECONOMIA GLOBALIZADA E O DESENVOLVIMENTO NACIONAL:
Um Estudo de Caso Comparado da Experiência do Cone Sul e dos Tigres Asiáticos

Porto Alegre

2021

LUÍSA HELENA BENITES BOTELHO

**A ECONOMIA GLOBALIZADA E O DESENVOLVIMENTO NACIONAL:
Um Estudo de Caso Comparado da Experiência do Cone Sul e dos Tigres Asiáticos**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado como requisito parcial para obtenção do título de Bacharel em Relações Internacionais, pelo Curso de Relações Internacionais da Universidade do Vale do Rio dos Sinos (UNISINOS).

Orientadora: Prof.^a Dra. Sofia Isabel Vizcarra Castilho

Porto Alegre

2021

RESUMO

O trabalho em questão visa analisar como a inserção econômica influenciou na diferenciação dos processos de desenvolvimento econômico dos países que compõem os Tigres Asiáticos e o Cone Sul no período compreendido entre a década de 1960 e 1990. A análise, apresentada em forma de estudo de caso, investiga os principais fatores domésticos e externos que marcaram o desenvolvimento das regiões de análise. Para isso, utiliza-se as perspectivas apresentadas pela Economia Política Internacional, assim como, as contribuições teóricas desenvolvimentistas formuladas no continente latino-americano. De maneira específica, objetivou-se analisar o histórico de desenvolvimento das regiões em questão; analisar como a inserção nos processos de internacionalização afetaram o desenvolvimento regional desses países; e como as premissas econômicas promovidas externamente influenciaram nesses processos. De acordo com os fatores analisados, foi possível concluir que, a forma como os Estados nacionais implementaram seus projetos desenvolvimentistas, assim como, a forma como conduziram sua inserção internacional e responderam a recomendações externas foi o principal fator de diferenciação no desenvolvimento das regiões. Junto a isso, essa diferenciação foi influenciada pela ascensão das premissas liberais, adotadas pelas economias sul-americanas, que passou a priorizar as necessidades do mercado em detrimento das necessidades domésticas de crescimento e desenvolvimento.

Palavras-chave: Desenvolvimento. Inserção econômica. Dependência.

ABSTRACT

The work in question aims to analyze how economic insertion influenced the differentiation of the economic development of the countries that compose the Asian Tigers and the Southern Cone between the 1960s and 1990s. The analysis, presented in the form of a case study, investigates the domestic and external factors that marked the development of the regions under analysis. For this, the British theory of International Political Economy is used, as well as the developmental theoretical contributions formulated in the Latin American continent with the aim of complementing the theoretical framework. Specifically, the objective was to analyze the development history of the regions in question; analyze how the insertion in the internationalization processes affected the regional development of these countries; and how externally promoted economic assumptions influenced these processes. According to the factors analyzed, it was possible to conclude that the way in which national states implemented their developmental projects, as well as the way they conducted their international insertion and responded to external recommendations, was the main differentiating factor in the development of the regions. In addition, this differentiation was influenced by the rise of liberal assumptions, adopted by the South American economies, which began to prioritize market needs over domestic needs for growth and development.

Keywords: Development. Economic insertion. Dependency. Southern Cone. Asian Tigers.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	5
2 METODOLOGIA.....	7
3 CAPÍTULO TEÓRICO	9
3.1 Revisão da Literatura.....	9
3.2 Referencial teórico.....	13
3.2.1 Economia Política Internacional.....	13
3.2.2 Teoria da Dependência	16
3.2.3 Nacionalismo e autonomia	24
3.2.4 “Economia-Mundo”.....	27
4 O DESENVOLVIMENTISMO NACIONAL PERIFÉRICO	31
4.1 A indústria nacional como projeto de desenvolvimento	31
4.2 As mudanças na matriz produtiva da década de 1970.....	40
5 A INFLUÊNCIA GLOBAL A PARTIR DA DÉCADA DE 1980	46
5.1 Neoliberalismo e dependência sul-americana	46
5.2 Políticas nacionais e o capitalismo autônomo asiático	48
6 ESTADO E DESENVOLVIMENTO	55
6.1 O paradoxo entre a adoção de políticas ortodoxas e heterodoxas	55
6.2 Nacionalismo econômico e desenvolvimentismo.....	60
6.3 O papel do Estado no desenvolvimento	63
7 CONCLUSÃO.....	68
REFERÊNCIAS	71

1 INTRODUÇÃO

Após o fim da Segunda Guerra Mundial, o desenvolvimentismo dos países pós-coloniais passou a integrar a agenda global. Neste período, evidenciou-se nas regiões compreendidas dentro da classificação de periferia mundial, a adoção de estratégias que tinham o intuito de promover o crescimento econômico, aliado as melhorias nas condições sociais. Neste contexto, principalmente no decorrer da década de 1960, observou-se padrões de crescimento semelhante nas economias que compreendidas no Cone Sul e nos Tigres Asiáticos. Entretanto, apesar dessa semelhança inicial, esses padrões começaram a divergir nas décadas subsequentes de 1970 e 1980.

O cenário em questão ocorreu junto a consolidação de transformações na conjuntura mundial, assim como, a mudanças na estrutura política dos países em questão. Com isso, surgem uma série de discussões que tentam elucidar quais dessas variáveis teriam influenciado no êxito no desenvolvimento asiático e, em contrapartida, quais teriam contribuído para as adversidades enfrentadas pelos sul-americanos no que tange o desenvolvimento.

A partir disso, este trabalho procura responder de que forma a inserção econômica e as transformações no regime de acumulação capitalista influenciaram nos processos de desenvolvimento dos países que compreendem os Tigres Asiáticos e o Cone Sul. A fim de tentar delimitar o questionamento, tem-se como objetivo compreender (1) como as transformações econômicas na conjuntura internacional contribuíram para a diferenciação nos processos de desenvolvimento das regiões; (2) avaliar se a implementação das premissas liberais contribuiu para esta diferenciação, e; (3) identificar como a atuação do Estado influenciou nessas ocorrências.

Para isso, serão analisadas as etapas do desenvolvimento das economias compreendidas no Cone Sul e que compreendem os Tigres Asiáticos. Assim como, de que forma a inserção nos processos de internacionalização, e como as influências externas impactaram domesticamente essas regiões. Tudo com o intuito de tentar elucidar como a inserção internacional influenciou na diferenciação dos processos de desenvolvimento econômico dos países que compõem os Tigres Asiáticos e do Cone Sul no período compreendido entre a década de 1960 e 1990.

Parte-se do pressuposto que a partir dos anos 1970, devido às transformações na conjuntura internacional, emergiu uma nova dinâmica para a periferia mundial. Acredita-se que essa condições contribuíram para a diminuição do planejamento por meio do Estado

desenvolvimentista, influenciando na forma como os países passaram a conduzir suas políticas. Aliado a isso, acredita-se que as áreas as quais as regiões estão inseridas também foram responsáveis por apresentar impasses para o continente sul-americano, e um ambiente mais favorável para os países asiáticos. A partir disso, as transformações ocorridas no período teriam gerado a adoção de estratégias de desenvolvimento fundamentadas em premissas divergentes entre as regiões, possibilitando assim, resultados adversos.

Fundamenta-se na lógica que o desenvolvimento do capitalismo e os ciclos de expansão que o caracteriza, assim como a expansão do comércio internacional, provocaram o rápido desenvolvimento do capital mercantil e financeiro entre os países periféricos. Entretanto, não se observou essa facilidade na produção industrial, que se desenvolveu unicamente em regiões específicas do globo, como foi o caso das economias compreendidas nos Tigres Asiáticos. Parte-se do pressuposto que essa dinâmica foi possível unicamente pela escolha das estratégias nacionais de desenvolvimento estruturadas pelo Estado.

Acredita-se que uma das hipóteses é de que as ideias neoliberais, que passaram a servir como doutrinas, baseadas nas hegemonias das visões preponderantes referentes ao Estado mínimo e a eficiência única do mercado, também contribuíram como obstáculos aos padrões de desenvolvimento, visto que produziram novas estratégias de acumulação impulsionada pelos Estados neoliberais e novas coalizões que priorizavam a autonomia das grandes empresas nos processos de internacionalização. Ademais, acredita-se que os padrões e estratégias de desenvolvimento divergiram, especialmente, em razão das especificidades de que partiram, do momento histórico no qual as estratégias foram estabelecidas e os interesses geopolíticos que as delimitaram.

Neste trabalho, além dessa introdução, em um primeiro momento irá se apresentar as principais perspectivas acerca das comparações entre os processos de desenvolvimento das regiões analisadas. Na sequência, irá se apresentar uma perspectiva geral da Economia Política Internacional, um aprofundamento dos principais instrumentos teóricos referentes a construção teórica da dependência, assim como pontos relativos a economia-mundo e uma breve perspectiva da globalização sob a análise do papel que o Estado cumpre nesses arranjos.

No quarto capítulo, serão apresentados os principais fatores que caracterizam o histórico de desenvolvimento das regiões analisadas no período compreendido a partir do pós Segunda Guerra até a década de 1960, assim como os aspectos evidenciados no início da década de 1970, com o intuito de apontar como essas regiões apresentavam indicadores semelhantes. Neste seção, procura-se salientar os principais fatores domésticos que influenciaram no

estabelecimento e desdobramentos da implementação dos projetos de desenvolvimento nacional.

Na sequência, no quinto capítulo, procura-se compreender como os acontecimentos no âmbito global influenciaram no desenvolvimento doméstico das economias analisadas, destacando as principais diferenças nos processos apresentados pelas duas regiões. E, por fim, no sexto capítulo, irá ser analisado o papel do Estado no planejamento e promoção do desenvolvimento, especialmente frente as transformações na conjuntura internacional e na formulação de políticas efetivas.

2 METODOLOGIA

Para que os questionamentos apresentados no capítulo introdutório sejam devidamente elucidados, serão utilizadas as delimitações estabelecidas por Lamont (2015) ao discorrer sobre os métodos de pesquisa no campo das Relações Internacionais. Conforme aponta o autor, o estabelecimento de critério na escolha da metodologia a ser utilizada é essencial para o desenvolvimento da pesquisa, especialmente frente aos desafios apresentados pela compreensão de um tema dentro de uma metodologia subjacente às Relações Internacionais.

A partir disso, acredita-se que para que ocorra o melhor entendimento da comparação entre as regiões e seus processos de desenvolvimento, a metodologia referente aos estudos de caso, com ênfase na comparação de casos mais semelhantes¹ é a melhor alternativa. O método em questão analisa casos que apresentam variáveis independentes semelhantes, porém, possuem pelo menos uma variável dependente que expressa um resultado divergente entre os objetos analisados.

Em relação as delimitações regionais, parte-se abrangentemente da distinção idealizada pela Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) para a caracterização dos denominados Novos Países Industrializados² (NPI). Para Canuto (1991, p.9) são “economias com níveis médios de renda por habitante que vinham apresentando, desde a década de sessenta, setores industriais em rápida expansão e crescente penetração nos mercados de produtos manufaturados tradicionais”. Dentro dessa designação, inclui-se no continente americano Brasil e México, e na Ásia, as quatro economias que compõem os Tigres Asiáticos (Coréia do Sul, Hong Kong, Cingapura e Taiwan). Porém, para fins de análise, no continente

¹ Most-similar case comparisons (Lamont, 2015)

² Newly Industrialized Countries – NICs

latino-americano, irá se delimitar as observações para as economias compreendidas no Cone Sul, especialmente Argentina e Brasil, que apresentam circunstâncias pertinentes à pesquisa.

Ademais a isso, salienta-se que será dada preferência a análise abrangente das regiões, não o contexto específico de cada país. Acredita-se que a análise regional contribui para a compreensão geral do tema, visto que as discrepâncias apresentadas no histórico dessas localidades ajudam a compreender os vários desdobramentos que o capitalismo mundial adotou. A partir disso, esses indicadores expressam como as diferenças apontam a existência de “capitalismos regionais” de acordo com os modelos de desenvolvimento adotados desde a instauração dos planos desenvolvimentistas.

Em relação às delimitações regionais, parte-se dos pressupostos definidos por Börzel e Risse (2016) que reconhecem as dificuldades em relação às pesquisas voltadas às comparações intrarregionais. Diferente dos estudos empíricos de cooperação e integração regional, que geralmente se restringem a própria região ou continente, ainda são pouco expressivos e, geralmente, tendem a ficar limitados na identificação de padrões. Destaca-se que a comparação inter-regional permite o discernimento sobre desenhos institucionais e como determinadas regiões, por estarem em áreas regionais de interesse, ou por apresentarem padrões semelhantes, podem apresentar determinados desdobramentos.

Para isso, compreende-se que as regiões se localizam entre o “nacional” o “global”, não sendo categorias objetivas, mas sim, resultantes de construções sociais. Essas construções referem-se à localização territorial e a delimitação geográfica normativa que incluem mais de dois países, podendo ser regiões continentais, subcontinentais ou transcontinentais.

Dentro dessa lógica, parte-se do pressuposto de que as regiões analisadas, Cone Sul e Tigres Asiáticos, apresentaram características econômicas semelhantes no período compreendido entre o pós Segunda Guerra até o fim da década de 1960. Porém, posteriormente, a inserção diferenciada nos circuitos globais, assim como, a forma como cada Estado-nação se colocou frente aos processos econômicos globais, resultaram em cenários diferentes.

3 CAPÍTULO TEÓRICO

3.1 Revisão da Literatura

A análise da inserção dos países periféricos nos processos de globalização é um tema bastante discutido no âmbito acadêmico. É possível encontrar na obra de diversos autores (PINHEIRO, 1987; GONÇALVES, SCHIMIDT, 2008; HIRANO E ESTENSSORO, 2006; MEDEIROS, 1997; CARNEIRO, 1999; SACHS, 1985) análises de casos das regiões asiática e sul-americana que objetivam compreender como os diferentes modos de inserção nos processos de globalização econômica e financeira impactaram de forma diferente o desenvolvimento socioeconômico dessas regiões. Salienta-se que, apesar de os trabalhos manifestarem perspectivas diferentes, apresentam entendimento bastante proveitosos que contribuem para o entendimento de como decisões fundamentadas sob o plano da economia política internacional afetaram nos padrões de desenvolvimento.

No que tange a relevância para este trabalho, Gonçalves e Schmidt (2008) analisam o desenvolvimento econômico da América Latina e do Leste Asiático com ênfase nas diferentes perspectivas que as economias regionais tiveram ao se inserirem nos processos de globalização. Os autores reconhecem que, especialmente após o fim do Sistema de Bretton Woods, as crises do petróleo, e a reconfiguração produtiva mundial surgiram uma série de meios de inserção nos processos globais. E com isso, as mudanças institucionais passaram a ganhar relevância na elaboração dos arranjos econômicos nacionais, emergindo a ideia de que a adoção de políticas globais seriam o único meio de se atingir o desenvolvimento, o que possibilitou a difusão das premissas neoliberais.

O trabalho, que enfatiza os processos de desenvolvimento da América Latina e Sudeste Asiático, foca no papel das mudanças institucionais, ou seja, na adoção dos “pacotes mágicos” que prometiam a condução ao desenvolvimento. Gonçalves e Schmidt (2008), apontam que, antes dos processos de globalização, ambas as regiões apresentavam três características em comum responsáveis por as caracterizarem como periféricas que eram: o endividamento externo, os termos de troca e a participação estatal na economia. Em contrapartida, o regime de comércio e a administração cambial adotados teriam sido as variáveis responsáveis por distinguirem o sucesso asiático e fracasso latino-americano na transição da crise da dívida.

De maneira semelhante, fundamentado na ideia de que os processos de desenvolvimento dos países periféricos foram resultados dos modos de inserção das economias nacionais e dos padrões de acumulação, Hirano e Estenssoro (2006) argumentam que os padrões de

desenvolvimento no Leste Asiático e na América Latina refletiram os aspectos das áreas de influência a qual estavam inseridos, de acordo com as estruturas de poder mundial. A partir disso, o modo de desenvolvimento anglo-americano teria produzido mais pobreza e desigualdade social do que o modelo japonês-asiático. Isso fez com que fosse possível que os países que seguiram os modelos de estado desenvolvimentista asiático construíssem um sistema de desenvolvimento mais igualitário.

Medeiros (1997) apresenta observações referentes aos processos de inserção internacional diferenciada das economias asiáticas e latino-americanas. Para o autor, a valorização do Iene, a ascensão dos quatro Tigres Asiáticos, e o término do tratamento preferencial concedido pelos Estados Unidos teriam favorecido a região asiática. Em contrapartida, a América Latina teria sido prejudicada pela inserção nos fluxos internacionais de capitais por meio da captação de investimentos de portfólio, após uma década de estagnação com a reestruturação da dívida da década de 80. Esse processo, que ocasionou em uma abundância de liquidez, resultou na adoção de políticas macroeconômicas de estabilização apoiadas na sobrevalorização das moedas nacionais, prejudicando o sucesso das economias nacionais latino-americanas.

Somado ao câmbio sobrevalorizado, Medeiros (1997) argumenta que a abertura comercial e financeira, responsáveis pelas altas elevações dos coeficientes de importações e deslocamento das exportações para as “commodities”, foram os principais causadores da dificuldade de recuperação das economias da região. As consequências, resultantes do déficit comercial no continente, tiveram como plano de fundo a ocorrência de transferências financeiras muito mais elevadas, o que também teria contribuído para a fragilidade externa do continente. Os inúmeros financiamentos externos colaboraram para que as principais economias latino-americanas não conseguissem retomar o crescimento econômico.

Em razão disso, ao invés de estabelecerem uma macroeconomia expansiva e dinamizada pelos deslocamentos de capitais produtivos e expansão do comércio, os governos latino-americanos esperavam que os investimentos diretos financiassem o déficit de transações correntes e aumentasse as exportações industriais. Logo, além do protecionismo e ofensiva comercial norte-americana, priorizou-se que os investimentos estrangeiros liderassem a expansão, mesmo com os mercados domésticos em recessão e os externos incertos devido às taxas de câmbio. Em contrapartida, os asiáticos conseguiram a expansão dos mercados internos e as potencialidades dos mercados externos, aliados à atração de investimentos. Com isso,

percebe-se que para Medeiros (1997), os desenvolvimentos da Ásia e da América Latina se deram principalmente pela inserção diferenciada nos processos de globalização.

Pinheiro (1987) aponta que, apesar de as regiões terem apresentado ritmos semelhantes na década de 60 e 70, as diferenças se concentraram a partir da década de 80. As adversidades teriam surgido em razão das estratégias de desenvolvimento adotadas, especialmente em relação às políticas de comércio exterior. Para o autor, os principais problemas latino-americanos se encontram no fato de que, ao tentarem alcançar níveis mais altos de substituição de importações, os países tornaram suas economias ineficientes. Já na Ásia as conquistas econômicas foram interpretadas como resultados de uma estratégia de preços livres, que teriam levado a um desenvolvimento industrial coerente, que seguia as peculiaridades econômicas da região, ocasionando a minimização das perdas por má alocação de recursos e a maximização do crescimento do produto.

Entretanto, Pinheiro (1987) argumenta que as ideias que vinculam o sucesso asiático unicamente as forças de mercado são errôneas, visto que nesse processo, a intervenção estatal teria sido fundamental. Isso pelo fato de o crescimento possuir bases na adoção de políticas comerciais e industriais integradas, dinâmicas e adaptadas às condições domésticas e internacionais daquele momento. Além disso, a inserção nos mercados externos não seria resultante só dos custos de produção, mas sim do planejamento interno das economias.

Também apresenta relevância para este trabalho, as contribuições de Carneiro (1999). Apesar de o autor não focar em nenhuma região específica, a ampla análise referente a inserção das economias periféricas nos processos de globalização financeira contribui para o desenvolvimento do trabalho. O autor aponta as distinções das diversas formas de inserção dos países e regiões no sistema global, focando na questão dos países centrais, com moedas conversíveis, e os periféricos, sem moeda conversível. Sugere-se que enquanto algumas regiões contaram com uma articulação complementar com as economias desenvolvidas, outras não foram privilegiadas com essa conexão, isso em partes pelo caráter distinto das duas economias hegemônicas do período, o Japão e os Estados Unidos, assim como suas áreas de influência.

A partir disso, Carneiro (1999) conclui que os países periféricos, excluindo-se os asiáticos, se ajustaram no cenário econômico global fundamentados em bases bastante precárias. A partir disso, a melhoria da condição de acessos dos periféricos, dependeria, paradoxalmente, da redução de dependência de recursos externos. Isso em partes, porque a situação das economias periféricas reflete a trajetória dos países centrais, no caso latino-americano, particularmente da economia hegemônica dos Estados Unidos.

Sachs (1984) apresenta argumentos para a ideia de que a origem do subdesenvolvimento está além das questões internas, sendo os eventos internacionais fundamentais para compreender o todo. Uma das principais evidências apresentadas é que a questão do desenvolvimento não poderia ser analisada unicamente sob a ótica doméstica visto que, historicamente, os países em desenvolvimento apresentaram crises simultaneamente. Para o autor, as comparações entre os históricos da América Latina e do Leste Asiático são difíceis de explicar, porém, os principais fatores de divergência estariam relacionados as taxas de câmbio, modos de gestão e regime de comércio.

Aliado a isso, fatores como o aumento exponencial das exportações na Ásia teriam sido fundamentais nesse processo. Sachs (1984) aponta que na década de 1960, a participação das exportações no PIB era comparável nas duas regiões. Já na década de 1980, as taxas de exportação do PIB na Ásia eram muito maiores na Ásia do que na América Latina. Somado a isso, as taxas de câmbio sobrevalorizadas no continente latino-americano contribuíram para a fuga de capitais, transformando os empréstimos externos nos principais financiadores dos ativos estrangeiros do setor privado, ao invés de um aumento na capacidade de exportação.

Com isso, acredita-se que o principal fator responsável por diferenciar as regiões foram as motivações políticas, visto que fundamentaram a promoção das exportações na Ásia e a substituição de importações na América Latina. Porém, aliado a isso, ocorreram situações no âmbito externo que influenciaram esses processos. A crise da dívida no início da década de 1980, que gerou consequências para o continente latino-americano, foi um reflexo tanto do planejamento interno dos países devedores, como da combinação de eventos econômicos globais (SACHS, 1948).

Galvão (2007) ao analisar o caso de sucesso asiático, aponta que a região que mais se destaca pelo dinamismo econômico foi a região a região leste. Na década de 1980, a região registrou taxas de crescimento per capita maiores que o dobro de todos os países industrializados, e mais que o triplo na década de 1990. Entretanto, no mesmo período, a América Latina experienciava os anos conhecidos como década perdida. Em 1980, a região apresentou um crescimento negativo do PIB per capita de 0,9% ao ano, seguido por um crescimento pouco expressivo de 1,5% na década seguinte. Tal situação, reflexo das crises externas e internas, resultou no péssimo desempenho das três principais economias do continente, a do Brasil, a do México e a da Argentina. A partir disso, desdobrou-se um cenário que transformou a África Subsaariana e a América Latina nas regiões que manifestaram as mais profundas desigualdades sociais de todo o mundo.

A partir dos apontamentos apresentados pelos autores em questão, é possível observar que a análise das influências externas nos processos de desenvolvimento das regiões sul-americana e do leste asiático é bastante vasta dentro do âmbito acadêmico. Na sequência, serão apresentados alguns instrumentos teóricos com o intuito de aprofundar a compreensão de como as variáveis econômicas externas e domésticas interagem.

3.2 Referencial teórico

3.2.1 Economia Política Internacional

Neste primeiro subcapítulo, com o intuito de elucidar os principais conceitos que serão trabalhados no decorrer do trabalho, apresenta-se uma síntese dos principais pontos referentes à Economia Política Internacional como área de estudo dentro das Relações Internacionais. A introdução se faz relevante visto que o problema de pesquisa está compreendido enquanto fenômeno do campo de estudo em questão.

A Economia Política Internacional apresenta duas correntes teóricas basilares: a escola norte-americana e a escola britânica. A perspectiva norte-americana fundamentou-se na identificação de uma crise global em andamento nos anos 1970, apresentando uma perspectiva de resolução de problemas fundamentada nas instituições, relações de poder e hierarquia. Em contrapartida, a corrente britânica surgiu através do questionamento da dinâmica política, econômica e social internacional, com um caráter bastante crítico, que questionava a rigidez do sistema internacional que apresentava poucas perspectivas de transformação (MORAIS, 2020).

Apesar das caracterizações divergentes, alguns conceitos básicos são encontrados em ambas as perspectivas (ARIENTI, 2017 *apud* MORAIS, 2020):

- a) a constatação de que o sistema internacional é composto por atores estatais e não estatais, com o Estado e o Mercado sendo os componentes majoritários dessa dinâmica;
- b) o sistema internacional é anárquico, dinâmico e assimétrico, tendo em vista que não possui um poder central e os atores são imprevisíveis;
- c) a Ordem Econômica Internacional é composta por elementos tangíveis, como o regime monetário, o regime comercial internacional e o regime financeiro internacional; e elementos intangíveis, que representam as estratégias de crescimento, que mantém a ordem econômica e os padrões de distribuição;

d) e as condições econômicas da Ordem Econômica Internacional, responsável por hierarquizar os atores do sistema internacional, apresentando como consequência as dinâmicas de distribuição de poder.

Em linhas gerais, o padrão de crescimento e distribuição de riquezas entre os Estados estão relacionados aos regimes comercial, financeiro e monetários vigentes, pois, internacionalmente, refletem a capacidade de interferir ou ser influenciados pelos regimes que formam a Ordem Econômica Internacional. A partir disso, seria pelo crescimento econômico e distribuição de riqueza que se organizam e articulam as relações econômicas internacionais, de maneira a refletirem os regimes que possibilitam a estabilidade do sistema econômico internacional (MORAIS, 2020).

A partir disso, conforme aponta Hough (2010), é coerente afirmar que, tendo em vista essas características da Economia Política Internacional, a área compreende que eventos econômicos em um Estado podem ter implicações que podem ser de natureza tanto econômica quanto política em outros. Da mesma forma, eventos políticos podem influenciar de maneira econômica ou política esses mesmos atores. Além disso, a partir dessa perspectiva, a economia passa a ganhar relevância, assim como a perspectiva militar, tendo em vista que a estrutura política internacional pode ser influenciada pelas inferências econômicas, por meio do poder estrutural.

Seguindo a mesma linha, o autor também aponta que a Economia Política Internacional compreende uma série de ramificações fundamentadas em objetos de estudo tais como o comércio internacional, a formulação de políticas macroeconômicas, as finanças internacionais, assim como, blocos e mercados internacionais.

Para melhor caracterizar a área e as principais diferenças entre as duas vertentes, julga-se necessário apresentar uma breve análise da evolução da área. Conforme o apontado por Morais (2020), a Economia Política Internacional surgiu a partir de desdobramentos de teorias das Relações Internacionais, ganhando força principalmente por meio dos trabalhos de Susan Strange, que procurava novas interpretações para as mudanças conjunturais que estavam ocorrendo. Neste período, o cenário internacional vivenciava a recuperação econômica japonesa e europeia no pós Segunda Guerra Mundial; o fim da paridade cambial entre o euro e o dólar em 1971, as oscilações do preço do petróleo no mercado internacional no decorrer da década de 1970; e a introdução do desenvolvimentismo na agenda internacional, especialmente por meio das demandas por industrialização das economias periféricas (ARIENTI, 2017).

Em 1970, na publicação *“International Economics and International Relations: A Case of Mutual Neglect”*, Susan Strange apresentou, pela primeira vez, a lógica de que os âmbitos econômicos e políticas, até então vistos como áreas de estudo desconexas, não só interagiam como eram interligadas. A ideia fundamenta-se na concepção de que os acontecimentos políticos influenciavam diretamente os fatores econômicos, da mesma forma que os fatores econômicos eram melhor compreendidos da complementação dos elementos políticos (ARIENTI, 2017).

Os argumentos apresentados por Strange (1970) mostraram como a relação entre Mercado e Estado, assim como os desdobramentos decorrentes dessa ligação, necessitavam de uma nova área interpretativa que contemplasse as duas perspectivas, o que permitiu o surgimento da Economia Política Internacional. Desde então, outros autores desenvolveram novos estudos, contribuindo para o desenvolvimento da EPI. Gilpin (1987), autor pertencente a perspectiva norte-americana, definiu no livro *“The Political Economy of International Relations”* que a Economia Política Internacional compreende o impacto da economia de mercado mundial nas relações dos estados, assim como, as formas pelas quais os estados procuram influenciar as forças do mercado para sua própria vantagem. Evidencia-se que as interpretações da área de análise salientavam as controvérsias de separar as entidades políticas - Estado, economia e mercado - visto que esses fatores coexistiriam, sendo fundamentais para o funcionamento um do outro.

Destaca-se que desde o primeiro trabalho de Susan Strange em 1970 uma série de outros autores apresentaram suas contribuições para a Economia Política Internacional. Destes, os que apresentaram mais expressão foram Robert Cox (1987; 2002), Robert Gilpin (1987; 2001), Robert Keohane (1977), Stephen Krasner (1983) e Joseph Nye (1977) (COHEN, 2008). Keohane e Nye (1977), por exemplo, frente o início da desregulamentação observada a partir da década de 1970, assim como as mudanças que ocorriam no âmbito internacional, observaram que a interdependência econômica, que abrange a liberalização do comércio e das finanças, incluiu novos atores e interações ao sistema, percebendo a necessidade de um novo meio de analisar essas transformações.

A partir disso Keohane e Nye (1977), admitindo que o papel do Estado ainda era central, mesmo ocorrendo a diminuição da sua autoridade governamental, desenvolveram o conceito de Interdependência Complexa. Dentro dessa lógica, a dependência mútua entre os atores do sistema internacional existiria em razão do estabelecimento de redes de relacionamento entre entes, compreendendo as perspectivas institucionais, políticas e econômicas (COHEN, 2008).

A ideia de Interdependência Complexa apresenta como característica três elementos principais: múltiplos canais de comunicação, falta de hierarquia entre as questões e um papel menos significativo da força militar. Antes disso, os Estados eram considerados os únicos atores com importância dentro da política mundial. Entretanto, as mudanças conjunturais que ocorriam: fim de Bretton Woods, choque do petróleo em 1973 e intensificação das discussões internacionais evidenciaram a alteração na compreensão que considerava somente o Estado como ator central. Para Keohane e Nye (1988), a questão central se encontrava no entendimento de que passou a ocorrer uma fragmentação de poder nos assuntos de âmbito econômico, em razão da intensificação das economias nacionais. Com isso, os Estados, mesmo sendo os atores centrais nos assuntos internacionais, não eram os únicos pontos de análise (COHEN, 2008).

Em relação a globalização, para a escola norte-americana de Economia Política Internacional, o fenômeno seria apenas um rótulo novo para o que já acontece há anos no cenário internacional, conforme o descrito por Cohen (2008). Logo, a perspectiva em questão não apresentou uma visão mais ampla sobre a temática em questão. A escola britânica, entretanto, fundamentada em análises interpretativas apontou que é necessário observar os fenômenos proporcionados pela globalização sob a ótica de mudanças históricas.

A Teoria Crítica de Robert Cox (1987), por exemplo, apresentou como contribuição a possibilidade de uma visão mais ampla das interações das atividades econômicas e políticas no âmbito global e com ênfase no longo prazo. Desta forma, assim como afirma Cohen (2008), a política mundial passou a apresentar como meio de interpretação a análise da relação entre o passado e o presente, com a possibilidade de apresentar oportunidades para o futuro.

Com isso, é possível observar a importância do surgimento e desenvolvimento da área temática de estudo da Economia Política Internacional, especialmente para a compreensão dos processos que regem o sistema internacional. A compreensão da interação entre Mercado e Estado se faz fundamental para entender os desdobramentos das conjunturas domésticas dos atores que compõem o sistema internacional.

3.2.2 Teoria da Dependência

A compreensão da concepção de desenvolvimento econômico expressa bastante complexidade, especialmente pelas diversas interpretações teóricas apresentadas pelas diferentes perspectivas econômicas. Em relação a classificação das teorias de desenvolvimento, Hirschman (1986) desenvolve uma classificação que, de maneira genérica, expressa o nível de complexidade da teorização dos processos desenvolvimentistas.

Para Hirschman (1986) as correntes desenvolvimentistas seriam divididas em: 1) ortodoxas, que desconsideram as particularidades econômicas de cada região, desconsiderando que existem possibilidades de desenvolvimento distintas. Logo, não admite a existência das perspectivas de desenvolvimento e subdesenvolvimento, por exemplo; 2) as neomarxistas e 3) marxianas, que reconhecem as especificidades das economias dos países desenvolvidos, assim como, as relações de discrepância entre as regiões do globo; e 4) as de desenvolvimento, que reconhecem as desigualdades econômicas e, para compreender os processos, apresenta duas possibilidades de entendimento: a perspectiva de modernização, proposta por Rostow (1978) que descreve o desenvolvimento por etapas; e a teoria latino-americana do subdesenvolvimento, representada por Furtado, Prebisch e pela Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL).

Esta última perspectiva teórica idealizada no continente latino-americano, julga que o desenvolvimento faz parte do processo de crescimento econômico, ocorrendo de maneira rápida e autossustentada, junto a uma transformação da estrutura produtiva e avanço tecnológico. A partir disso, argumenta que para sair da condição de dependência e subdesenvolvimento seria necessário que as economias periféricas priorizassem a industrialização para o seu processo de desenvolvimento. Esse entendimento foi o responsável por caracterizar as estratégias desenvolvimentistas latino-americanas a partir da década de 1950, e por influenciar medidas econômicas até o início da década de 1980 (FIORI, 2020).

Fiori (2020) destaca que a agenda de desenvolvimento no continente latino-americano teve suas bases formadas a partir da década de 1930, se consolidou nos anos 1950, passando posteriormente por uma autocrítica e conseqüentemente uma reestruturação conceitual, para no início da década de 1980 perder relevância. No decorrer desses desdobramentos, identificou-se quatro “matrizes teóricas” pautadas na análise do papel do Estado que contribuíram para o fortalecimento da ideologia nacional-desenvolvimentista, que integrou os principais embates políticos na região na segunda metade do século XX:

- a) a matriz weberiana, associada à teoria das “etapas do desenvolvimento econômico” de Rostow (1952) que compara aos processos de formação histórica dos Estados nacionais europeus, comparando com o desenvolvimento político das “nações atrasadas”;
- b) a matriz estruturalista e suas versões pares voltadas para a análise “centro periferia” e o “intercâmbio desigual”, fundamentadas nos textos clássicos da CEPAL (1950;

1960) com contribuições importantes como Tavares (1974), Cardoso de Melo (1982), e Beluzzo e Coutinho (1982);

- c) a matriz marxista pautada nas etapas do desenvolvimento capitalista, mas que no continente latino-americano foi feito de maneira pouco sofisticada do ponto de vista teórico, não abrangendo as particularidades e heterogeneidades regionais;
- d) e a matriz geopolítica da teoria de “segurança nacional” formulada pela Escola Superior de Guerra do Brasil, remontando também a década de 30, e defendendo a industrialização nacional que, apesar de compreender a visão de mundo competitivo do sistema mundial fundamenta-se em uma obsessão com um inimigo externo inexistente importado pela geopolítica anglo-saxônica da guerra Fria (FIORI, 2020).

A partir disso, identifica-se que uma característica comum a todas essas teorias com ênfase no desenvolvimento nacional é a convicção de que o Estado era o ator caracterizado pela racionalidade, homogeneidade e funcionalidade necessárias à formulação de políticas de crescimento econômico. Além disso, todas as visões consideravam que o desenvolvimento era um objeto consensual, capaz de desempenhar a unificação da nação e a mobilização da população, independente de questões como divisões internas de classe, etnia e religião. Essa seria uma das razões, conforme Fiori (2020) pela qual, mesmo com a hegemonia ideológica da perspectiva desenvolvimentista no período posterior a Segunda Guerra, as políticas desenvolvimentistas só foram evidenciadas em dois países: no Brasil, sem sombra de dúvidas, e no México, com algumas ressalvas.

Em contrapartida, a origem da agenda neoliberal remonta a década de 1940, porém, durante a primazia da perspectiva desenvolvimentista era pouco expressiva. A corrente passou a ganhar maior relevância nas últimas décadas do século XX, especialmente nos anos 1980, nos quais a tese neoliberal emergiu e se difundiu no continente latino-americano em resposta à “crise da dívida externa” e os altos índices inflacionários. A vertente surgiu como uma proposta de reformas institucionais voltadas para a privatização e desregulação dos mercados, junto a austeridade fiscal e monetária (FIORI, 2020). Dentro disso, destacaram-se duas teorias que embasaram a legitimação da desmontagem das políticas e instituições desenvolvimentistas: a teoria dos “buscadores de renda” e a teoria neoinstitucionalista que ganharam força com a influência dos organismos internacionais, especialmente do Fundo Monetário Internacional (FMI) e Banco Mundial (BM).

Para os “buscadores de renda” o Estado seria mais um mercado de trocas entre burocratas motivados por interesses e empresários buscando privilégios e rendas garantidas por

meio do controle da máquina estatal. Já a teoria “neoinstitucionalista” defende a minimização da participação do Estado, porém, compreende a importância deste para a manutenção do ambiente institucional na garantia do direito à propriedade e a liberdade individual. No fim do século XX, a agenda neoliberal reforçou um ponto dentro da discussão que já era recorrente no período desenvolvimentista: a discussão no campo da macroeconomia.

Destaca-se que, apesar das divergências ideológicas, por serem perspectivas compreendidas dentro da ótica da Economia Política Internacional, tanto a vertente desenvolvimentista, quanto a liberal, apresentavam a mesma visão do Estado como o principal agente no processo, seja fortificando ou desmantelando a ordem econômica. Entretanto, uma das principais críticas é o fato de ambas as perspectivas analisavam as economias latino-americanas no todo como se fossem iguais, ignorando que essas economias compreendem um sistema regional único, desigual, hierarquizado, competitivo e em constante processo de transformação (Fiori, 2020).

Dentro disso, conforme argumentam Cardoso e Faletto (1970), mesmo quando os desenvolvimentistas argumentam sobre os Estados centrais e periféricos e Estados dependentes, não se desvencilham da percepção de um sistema econômico mundial em formato bipolar, estático, no qual as lutas de poder entre os Estados e nações não eram protagonistas do processo. Ademais a isso, a observação dos ideais desenvolvimentistas e liberais latino-americanos permitem o levantamento de duas conclusões importantes para o debate teórico.

Primeiro, o desenvolvimentismo latino-americano se aproximava mais do viés anglo-saxônico Keynesiano, fundamentado em uma “economia de desenvolvimento” do que um nacionalismo econômico anti-imperialista, o que Fiori (2020) julga ser um aspecto fundamental para processos de desenvolvimento tardios importantes como o desenvolvimento das economias asiáticas. E segundo, as duas vertentes apresentam a mesma percepção econômica do Estado, comum ao paradigma da economia política clássica, marxista e neoclássica (FIORI, 2020).

A partir disso, a fim de se compreender como os diferentes meios de inserção influenciaram o desenvolvimento das regiões periféricas, serão utilizados, majoritariamente, os instrumentos teóricos propostos pelos teóricos da dependência. Irá se dar ênfase nas contribuições realizadas por Celso Furtado, Fernando Henrique Cardoso, Ruy Mauro Marini e Theotônio dos Santos. Destaca-se que, apesar de os autores apresentarem visões divergentes acerca de alguns aspectos, manifestam importantes pontos de convergência nos argumentos

elaborados, principalmente no que tange aos desdobramentos do desenvolvimento capitalista nas regiões periféricas.

Primeiramente, antes de aprofundar a análise nos principais conceitos apresentados, é necessário destacar os principais pontos de concordância apresentados pelos teóricos no que se refere a relevância para este trabalho. Este aspecto está relacionado ao reconhecimento do papel das relações de dependência na perpetuação das condições de subdesenvolvimento nas regiões periféricas do continente americano. Para os autores, os pressupostos apresentados pela perspectiva da dependência são essenciais para entender a situação de debilidade no processo de desenvolvimento vivenciada pelos países compreendidos no continente americano. A partir disso, o subdesenvolvimento é apresentado e analisado como uma consequência da expansão do capitalismo mundial, não como um estágio que antecede o capitalismo, que adquire características específicas nos países periféricos.

Tendo em vista essa perspectiva, Celso Furtado (1967) evidenciou que as bases do subdesenvolvimento teriam origem na exploração capitalista a qual alguns países foram submetidos desde sua formação. Para Furtado (1967), o subdesenvolvimento não seria uma fase do desenvolvimento capitalista, mas uma condição histórica, consequente da inserção de empresas capitalistas modernas em estruturas arcaicas. Dentro da mesma lógica, Santos (1973) argumenta que o subdesenvolvimento seria fruto de uma situação mundial que se explica pela expansão do capitalismo no mundo, e Frank (1980) aponta que, para compreender a natureza do subdesenvolvimento, é essencial inseri-lo na perspectiva de ser consequente de políticas que foram implementadas a serviço dos interesses imperialistas. A partir disso, é perceptível que o complexo cenário no qual os países latino-americanos estão inseridos é um reflexo de conjunturas externas, e não somente das circunstâncias domésticas.

Seguindo essa lógica de que os desdobramentos do subdesenvolvimento, especialmente nos países latino-americanos, estariam atrelados ao desenvolvimento do sistema mundial, Marini (2000) argumenta que, para a compreensão do processo, é essencial a análise dos vínculos estabelecidos entre os países desenvolvidos e os em desenvolvimento. Isso pelo fato de que a evolução dos processos econômicos seria um elemento inerente aos anseios dos países economicamente desenvolvidos, que apresentam pretensões relacionadas a internacionalização mais integrada dos modelos econômicos. Logo, esses vínculos evidenciariam a existência de relações discrepantes, baseadas em desigualdades e que favorecem hierarquias na conjuntura internacional.

Dentro dessa perspectiva, Frank (1980) aponta que os países subdesenvolvidos estiveram em diferentes momentos a serviço das necessidades dos processos de acumulação dos países centrais, o que foi possível observar desde o mercantilismo, perpassando pelo capitalismo industrial, até o imperialismo. O desdobramento desse processo foi caracterizado pela acumulação de riqueza monetária pela metrópole, a migração do centro dinâmico do comércio para a indústria e todos os processos intrínsecos a esses momentos responsáveis pela expansão do capitalismo.

Aprofundando a análise, e dando bases para seus argumentos, Marini (2000) aponta que o desenvolvimento atingido pelos países que conquistaram a industrialização foi possibilitado, majoritariamente, pela subsistência agropecuária disponibilizada pela periferia, em especial, a América Latina. Em razão disso, e da estrutura global como um todo, os países latino-americanos continuaram apresentando dificuldades em obter estruturas domésticas para o desenvolvimento econômico conforme o que foi seguido pelas economias capitalistas vistas como avançadas. É possível observar que os planos que guiaram os interesses dos centros econômicos não incluíam o progresso dos países periféricos, especialmente porque as condições agroexportadoras servem aos interesses de expansão capitalista dos países desenvolvidos.

Tal dinâmica também serve como uma evidência de que o desenvolvimento e o subdesenvolvimento são processos inerentes a expansão internacional do modo de produção capitalista, por isso a compreensão do todo só existe a partir da percepção dos níveis nacionais e internacionais. Com isso, Marini (2000) aponta que a dependência seria o principal mecanismo de subordinação dos países subdesenvolvidos aos centros de dominação do capital. Esse seria o meio utilizado pelos centros econômicos para assegurar a reprodução do modelo capitalista em escala internacional, garantindo a sua expansão. Com isso, a dependência, ao assumir diferentes formas, teria mantido as relações desiguais entre as regiões do globo através das empresas multinacionais, que atuam conjuntamente para garantir a ampliação de ambientes favoráveis aos seus investimentos.

Na nova estrutura, a dependência é tratada como resultante da relação de subordinação ligada a nova divisão do trabalho consequente da reorganização da economia mundial no pós-guerra. O capitalismo na América Latina só teria reproduzido as leis gerais que regiam o sistema internacional como um todo, porém com adaptações as suas peculiaridades. A partir disso, evidenciou-se as relações de dependência, que por terem uma dinâmica própria, se moldaram

com a atuação dos agentes econômicos e os meios de desenvolvimento dos países subdesenvolvidos (MARINI, 2000).

Os Estados Unidos, no papel de hegemonia econômica, disponibilizaram às suas grandes empresas os recursos demandados para o estabelecimento de aplicações no exterior, com o intuito de aumentar a lucratividade. Aliado a isso, os países latino-americanos manifestavam a necessidade de atrair capitais e capacitação para completar o seu ciclo de industrialização. Logo, a entrada de capital estrangeiro representava uma solução prática para ambos os lados, transformando a associação de capital na responsável pelo processo de integração e inserção econômica da América Latina no sistema econômico mundial. Entretanto, ao mesmo tempo que possibilitou a entrada nesse importante processo, devido a sua estrutura, esse processo influenciou também no agravamento da dependência externa latino-americana (MARINI, 2020).

De maneira semelhante, para Cardoso e Faletto (1970), o entendimento das bases do subdesenvolvimento exige a análise da vinculação das economias subdesenvolvidas no mercado mundial, assim como, as condições estabelecidas a partir dos grupos internos. Os autores, fundamentados em constatações sociológicas para compreenderem a gênese da dependência, expressam que é necessária uma análise abrangente das relações entre as economias desenvolvidas e subdesenvolvidas. Isso pelo fato de que o subdesenvolvimento teria origem na expansão do capitalismo comercial e industrial de maneira arbitrária no continente, se, considerar as particularidades econômicas e sociais da região, o que acabou vinculando economias com diferentes sistemas produtivos no mesmo mercado.

Acredita-se que a dependência encontrou sustentação no continente latino-americano devido à falta de políticas de desenvolvimento que delimitassem transformações de nível estrutural no continente. As economias ingressaram no mercado internacional unicamente por meio de atividades com baixo valor agregado o que, conforme aponta Milani (2017), foi um dos fatores que intensificou as assimetrias e passou a caracterizar a inserção da América Latina no contexto mundial. A partir disso, Frank (1966) menciona que passou a ocorrer o fenômeno do “desenvolvimento do subdesenvolvimento”, caracterizado pela ideia de que quanto mais cresce uma economia dependente, mais ela aprofunda a diferença que a afasta dos países dinamicamente econômicos.

Em suas análises sobre o desenvolvimento, Bresser-Pereira (2006) aponta que o crescimento econômico de uma nação ocorre quando existe uma estratégia nacional de desenvolvimento, que compreenda atores internos econômicos, produtivos e políticos de

maneira articulada para colocar o país de maneira competitiva na economia internacional. Entretanto, o aumento das taxas de crescimento, como por exemplo o aumento do Produto Interno Bruto (PIB), não refletiria a garantia do desenvolvimento nacional. Isso porque para que o desenvolvimento ocorra, são necessários instrumentos que proporcionem a distribuição de renda e o rearranjo da estrutura econômica e social de um país. Partindo dessa lógica, o crescimento econômico e o desenvolvimento econômico, apesar de serem termos com significados diferentes, estão interligados. Dentro disso, o autor aponta que:

Um país cuja economia se baseie na exportação de matérias-primas [...] pode apresentar um rápido crescimento de sua renda devido a uma súbita melhoria nas relações de troca, causada pela elevação do preço de seus produtos de exportação, ou mesmo um aumento da produção dos bens exportáveis causado pelo aumento da procura internacional ou pela abertura de novos mercados. Tal fato indica crescimento econômico, mas, na medida em que a renda extra obtida seja empolgada e consumida por uma minoria inteiramente desinteressada em realizar investimentos produtos e diversificar a produção, não deveremos, a rigor, falar em desenvolvimento (BRESSER-PEREIRA, 2005, p. 80).

De acordo com essa lógica, o crescimento econômico, muitas vezes expresso pelo aumento do Produto Interno Bruto de uma economia, dificilmente expressa o nível de desenvolvimento econômico experienciado. Especialmente as economias que não conseguem estabelecer uma plataforma de exportação com valor agregado, baseando o seu comércio exterior em commodities, como é o caso do Brasil e da Argentina na região sul-americana.

A partir disso, acredita-se que o desenvolvimento econômico está atrelado diretamente aos processos históricos pela qual uma região ou um país vivencia, sendo necessário compreender como se sucederam os processos de acumulação de capital, assim como, se o país teve condições, ou priorizou o incremento tecnológico. Entretanto, é inegável que a formulação das políticas internas de crescimento econômico e, conseqüentemente a formulação de planejamento que visem a promoção do desenvolvimento, são fortemente influenciadas pelo âmbito externo, especialmente se as regiões estão compreendidas em regiões de influência, como foram os casos das regiões analisadas neste trabalho.

Dentro dessa lógica, parte-se do pressuposto que o desenvolvimento econômico é expresso pelo mercado e o Estado. A partir disso, o mercado atuaria como o responsável por propiciar o acúmulo de capitais, que conforme o argumentado, geraria crescimento econômico, enquanto o Estado seria a principal instituição no planejamento de políticas e estratégias de desenvolvimento.

Além disso, o desenvolvimento econômico e a globalização apresentam como elementos essenciais para a sua compreensão fatores em comum. No cerne das duas concepções

estão elementos como o Estado, o mercado, o capital e a tecnologia. Dessa forma, entende-se que os conceitos não são excludentes e, muito além disso, podem ser compreendidos como partes de um mesmo processo que vai adquirindo maiores níveis de complexidade a maneira que se expande.

3.2.3 Nacionalismo e autonomia

Em âmbito global, as relações fundamentadas no imperialismo marcadas pelos conflitos e poderio militar terminaram formalmente com o fim da Segunda Guerra, a partir dos desdobramentos das lutas de independência. Porém, acredita-se que o imperialismo como conceito não desapareceu por completo, passando a ser repaginado sob aspectos de hegemonia, sustentado por agências internacionais de regulação e financiamento, assim como, pela aptidão dos países centrais em refletirem seus anseios. Neste caso, apesar das delimitações dos estados-nações, em muitos casos as elites internamente são alienadas e perpetuam a condição de dependência, procurando a associação externa junto aos países ricos, ao invés do seu próprio país.

A discussão levantada por Bresser Pereira (2018) argumenta que a questão do desenvolvimento, fundamentado na industrialização, teve um caráter bastante diferente entre os países desenvolvidos e os periféricos. Entre as economias situadas na periferia mundial, os países com industrialização retardatária para se industrializar tiveram que realizar processos fundamentados na redescoberta do nacionalismo no pós Segunda Guerra. Esse foi o caso do Brasil, México, Turquia, Coreia do Sul, China e Índia, nos quais o Estado desenvolvimentista, visando a industrialização, promoveu o desenvolvimento econômico de maneira deliberada e planejada nos anos de implementação.

Contemporaneamente, uma das principais críticas ao imperialismo se divide em dois fatores principais: um de caráter histórico expresso pela ideia de que os países desenvolvidos ocidentais dificultam que os países em desenvolvimento adotem as mesmas políticas adotadas por eles no processo de industrialização. Essa ideia, expressa principalmente por Erik Reinert (2007) e Ha-Joon Chang (2002), evidencia como os dados históricos expressam a incoerência dos países desenvolvidos em defenderem políticas neoliberais, quando seus processos de industrialização foram marcados pelo desenvolvimentismo (BRESSER-PEREIRA, 2018).

Após reconhecer a importância da expansão capitalista na perpetuação da vulnerabilidade econômica e social no continente latino-americano, é de fundamental importância compreender as transformações que ocorreram e serviram de plano de fundo nesse

processo. O principal estágio que serviu de contexto para a conjuntura de subdesenvolvimento na América Latina se caracteriza, especialmente, por transformações que culminaram no regime de acumulação que prioriza os aspectos financeiros. Esse processo, somado as mudanças no papel que o Estado passou a representar, deram sustentação ao contexto que passou a ser observada no continente latino-americano. O novo regime, caracterizado pela hegemonia do capital financeiro, ocasionou na transformação da dinâmica dos mercados financeiros internacionais, alterando as relações entre o setor privado e público, assim como as relações entre os países centrais e periféricos.

Dentro dessa ideia, Chesnais (2001) destaca que no decorrer da década de 1970, o capitalismo passou a apresentar uma crise no modo de produção e no regime de acumulação que vigoraram nos “anos dourados”, tendo como desdobramento o surgimento de um novo regime de acumulação, na qual passou a predominar a financeirização. Esse período, determinado por alguns como globalização, pode ser caracterizado pelo aumento dos fluxos internacionais, expansão dos investimentos diretos estrangeiros (IED) e dos fluxos de comércio exterior. A partir disso, emergiu uma nova configuração no capitalismo mundial, com estruturas diferentes do período anterior, o processo de acumulação ganhou novas estruturas que passou a priorizar a dinâmica especulativa em detrimento da produtividade.

Posteriormente, conforme argumenta Carneiro (1999), diversas transformações modificaram a dinâmica mundial financeira, e na década de 1990, o processo passou a ser marcado por duas características: a incorporação ou reintegração dos países emergentes e o aumento das crises financeiras. Os países que receberam os fluxos de capitais em um primeiro momento, se caracterizavam por mercados atraentes nessa configuração econômica global, devido a reorientação da política econômica para vias voltadas à liberalização e a manutenção da taxa de juros. Porém, conforme apontado por diversos teóricos, como Chesnais (1995), Belluzzo (1997) e Braga (1997), a liberalização financeira originou um modelo capitalista menos dinâmico e muito mais instável comparado com o período pós-guerra.

Nesse contexto, argumentava-se a importância de os países periféricos se inserirem no processo de globalização com o intuito de fortalecerem seus mercados internos. A maneira como cada região ingressou nesse processo teve base nas deliberações domésticas, porém, conforme observado nas análises anteriores, é inegável a influência externa na tomada de decisão. A inserção dos países latino-americanos ocorreu em um contexto marcado pela desregulamentação dos mercados, consequentes de influências externas, no qual os derivativos, a volatilidade das taxas de juros e as taxas de câmbio restringiram os impactos das políticas

econômicas. Em contrapartida, os países asiáticos ingressaram no contexto de globalização com a abertura dos mercados para os fluxos de capitais, porém internamente tiveram com plano de fundo na elaboração das políticas um “Estado empreendedor”.

A partir disso, foi possível observar que as estruturas do capitalismo, seguindo as alterações ocorridas em âmbito mundial, passou a alterar suas individualidades compreendendo a noção de financeirização econômica. Conforme apontado por Braga (1993), a financeirização se transformou na principal forma de estabelecer e gerar riqueza no modo de produção capitalista. Entretanto, a maneira como ocorreram essas transformações e a forma como foram estabelecidas, impactaram diretamente na organização das estruturas internas dos Estados-nacionais.

É importante compreender que, mais que nunca, no capitalismo contemporâneo as finanças ditam o ritmo da economia (...) e, neste sentido, há uma dominância financeira na dinâmica econômica. Então, neste contexto, compreende-se que as mudanças nas finanças têm constituído uma dinâmica internacionalizada, calcada numa verdadeira macroestrutura financeira, de âmbito transnacional... (...) A dominância financeira é expressão geral das formas contemporâneas de definir, gerir e realizar riqueza no capitalismo. Por dominância financeira apreende-se, inclusive conceitualmente, o fato de que todas as corporações têm em suas aplicações financeiras um elemento central do processo de acumulação global de riqueza. (BRAGA, 1993, p. 26).

Tendo como base as observações de Braga (1993), argumenta-se que as perspectivas históricas e teóricas interligadas ao aprofundamento da internacionalização do capital, somada a ideia de expansão desses meios, e refletida na financeirização, influenciam o surgimento de abstrações em torno das noções de economia nacional, desenvolvimento econômico nacional, de colonialismo, de imperialismo, de dependência, de bilateralismo, e multilateralismo. etc. A questão é que essas noções apresentam relevância para descrever e interpretar realidades singulares nas diferentes partes do mundo. Sua relevância permeia na noção de que expressam relações, processos e estruturas evidentes nas condições de vida da sociedade como todo, ou seja, na vida dos indivíduos, dos grupos, das classes, dos povos, das nações etc.

Tavares (1997) também apresenta constatações acerca de como os processos de globalização, e conseqüente financeirização da economia mundial, se colocam a serviço da perpetuação da desigualdade, visto que os países, movidos pelo capitalismo, sempre buscaram as posições benéficas aos seus interesses. Segundo a autora: “(...) a mundialização financeira corresponde ao processo em que o capital financeiro e seus mecanismos de multiplicação transbordam as fronteiras dos países centrais, e busca nos mercados globais as posições mais vantajosas para cada etapa de seu processo de reprodução. (TAVARES, 1997, p. 36).” Dentro

dessa lógica, a mundialização financeira, seguida da imposição externa para o alinhamento das taxas de juros internas, foram medidas que forçaram o alinhamento dos países a políticas macroeconômicas restritivas e o aumento gradativo dos superávits comerciais, submetendo as regiões periféricas a um modelo de desenvolvimento “voltado para fora”.

A partir disso, Belluzzo (1997, p. 187) ressalta que “a inserção dos países nesse processo de globalização foi hierarquizada e assimétrica”. Com isso, com exceção dos países periféricos fora da Ásia, que foram submetidos a outra dinâmica, ocorreu uma crescente submissão dos países periféricos à nova ordem global, por meio de imposições externas. Todo o processo de inserção global dessas regiões foi marcado pela regressão dos processos de industrialização e pelo desequilíbrio financeiro estrutural decorrente das constantes crises que acompanham a financeirização.

3.2.4 “Economia-Mundo”

Referente às economias globalizadas, por mais que se reconheça a existência de uma “economia-mundo” desde o século XVI, é possível afirmar que o termo “globalização” passou a ganhar relevância somente a partir da década de 1980, quando se tornou necessário substituir termos como “internacionalização” e “transnacionalização” com o intuito de descrever da melhor maneira as intensas redes de interação humana transfronteiriça. Assim como afirma Reich (1998), a globalização se tornou um termo amplamente difundido, porém, sua conceitualização permanece obscura mesmo para aqueles que utilizam o termo. Por abranger uma série de mudanças sociais, econômicas e políticas, a conceitualização do processo de globalização já foi representada por uma série de significados distintos.

Conforme o que foi apontado por Galvão (2007), as últimas quatro décadas apresentaram diversas transformações referentes às articulações internacionais em vários níveis. Mudanças foram percebidas no ritmo do crescimento do comércio de bens e serviços, no aumento da movimentação dos fluxos dos ativos financeiros, na criação e difusão de novas tecnologias, no desenvolvimento das comunicações e na transferência e assimilação das informações. Todas essas alterações percebidas em âmbito mundial ocasionaram implicações importantes: fizeram com que os países seguissem em direção a uma economia mundial cada vez menos delimitada, sobretudo, tornando as economias nacionais profundamente interdependentes.

Para Silvestre (2016), o processo de globalização econômica é um fenômeno que está diretamente relacionada à reestruturação do capitalismo mundial, em razão disso é inerente

tanto a crise estrutural do capital quanto ao processo de retomada da hegemonia norte-americana. Para o autor, a intensificação da globalização econômica remonta a década de 1980, período no qual observou-se a intensificação da expansão transnacional do modo de produção capitalista. Logo, partindo do pressuposto de que as Relações Internacionais são relações de poder, então hierárquicas e assimétricas, compreender o processo de globalização econômica é fundamental para entender os processos de interdependência, assimetrias e vulnerabilidade externa dos atores envolvidos.

Ianni (1995), ao dissertar sobre as economias mundo, avalia as percepções propostas por Braudel e Wallerstein, apontando que o conceito possui base na ideia de primazia econômica, fundamentada na percepção de que a história se constituiu em um conjunto de sistemas econômicos mundiais, visto que os aspectos econômicos acabam transcendendo as fronteiras, estabelecendo novas delimitações. Segundo Ianni (1995, p. 40), esse processo é recorrente porque: “Quando se leva às últimas consequências o princípio da maximização da acumulação do capital, ocorre o desenvolvimento das forças produtivas e das relações de produção, em escala mundial”. A partir dessa lógica, as percepções do Estado-nação e dos princípios de soberania passam a apresentar instabilidades, ocorrendo a limitação, ou até mesmo anulação, dos projetos de Estados desenvolvimentistas.

A partir disso, evidencia-se a dinâmica de interdependência na qual o desenvolvimento nacional está inserido. Segundo o Ianni (1995, p.43): “A "economia-mundo" é agora universal, no sentido de que todos os Estados nacionais estão, em diferentes graus, integrados em sua estrutura central”. Esse sistema de Estados nacionais, responsável por institucionalizar a legitimar a divisão centro-periferia, também é o agente responsável por manter a distribuição do poder no centro por meio de uma rede de relações legais, diplomáticas e militares. Dentro disso, aponta que: “[...] o padrão de estratificação global divide a economia mundial em áreas centrais, beneficiárias da acumulação de capital, e áreas periféricas, em constante desvantagem pelo processo de intercâmbio desigual”. Ianni (1995, p.43).

A complexidade do processo de internacionalização também é elucidada, partindo-se do pressuposto de que heterogeneidade do processo situa-se no fato de a internacionalização compreende não só generalização das forças produtivas, mas também a globalização das concepções de instituições, princípios jurídicos-políticos, padrões socioculturais e, principalmente, as convicções que baseiam as condições e produtos civilizatórios do capitalismo. Logo, o contexto histórico no qual a metamorfose da "industrialização substitutiva de importações" para a "industrialização orientada para a exportação" estava inserida também

foi marcado pela desestatização, a desregulação, a privatização, a abertura de mercados e monitorização das políticas econômicas nacionais pelas tecnocracias do Fundo Monetário Internacional e do Banco Mundial. (IANNI, 1995, p. 58)”

A partir da análise dessa dinâmica, é possível compreender alguns aspectos responsáveis pelas divergências entre os centros e a periferia. É perceptível que os aparelhos estatais e, conseqüentemente as políticas econômicas, são estimuladas a se reorganizar segundo as imposições externas do mercado. Por meio disso, observa-se a internacionalização de diretrizes relativas à desestatização, desregulamentação, privatização e abertura de fronteiras, que proporcionaram impactos e conseqüências divergentes para as várias regiões. (IANNI, 1995). Com isso, algumas regiões são responsáveis por implementar esses processos e outras se adaptarem

Evidentemente, esses processos compreendem tanto os países centrais quanto os periféricos. Porém, é inegável que as disparidades econômicas e condições de dependências ocasionaram impactos diferentes entre estes. Em relação a isso, frente ao desenvolvimento nacional, Ianni (1995) aponta que a internacionalização, da maneira como foi observada, também impactou na questão da atuação dos Estados nacionais. Segundo o autor:

[...] quando as mais diversas formas de capital passam a movimentar-se de modo cada vez mais acelerado e generalizado, nessa época reduzem-se os controles nacionais. (...) os governos nacionais, suas agências e organizações que tradicionalmente administram e orientam os movimentos do capital, todas as instâncias ditas nacionais veem reduzida suas capacidades de controlar os movimentos do capital. (IANNI, 1995, p. 66).

Apesar de considerar as questões de dependência inerente à situação latino-americana, é possível conectar essa lógica a diferenciação entre o continente americano e o asiático. Conforme será melhor desenvolvido nos capítulos seguintes, nos países asiáticos os processos capitalistas seguiram seu curso, porém acompanhados de uma participação estatal ativa. Conforme o destacado por Ianni (1995) “[...] o processo de internacionalização do capital é, simultaneamente, um processo de formação do capital global, entendido como uma forma nova e desenvolvida do capital em geral.” Portanto, estruturas já existentes, passam a ganhar novas faces, porém com características semelhantes, como pode ser observado na desigualdade dos desenvolvimentos. O processo compreende, junto aos capitais singulares e particulares compreendidos nos territórios nacionais e setoriais, formas do capital no geral, conferindo-lhes novos significados, porém, com a mesma estrutura de disparidades socioeconômicas.

A internacionalização acabou apresentando como resultado uma maior integração financeira e cambial. Entretanto, como não existe uma instituição com capacidade para coordenar o novo padrão financeiros, nem para estabelecer um regime de paridades cambiais estáveis, novas dificuldades passam a ser apresentadas pelos países em desenvolvimento. Chesnais (1999), ao definir a globalização financeira como mundialização financeira, aponta que o fenômeno pode ser dividido em três fases: 1) o período compreendido entre 1960 e 1979, conhecido como internacionalização financeira; 2) o período entre 1979 e 1985, onde ocorreu a desregulamentação e liberalização financeira tendo como característica a liberalização para a entrada e saída dos movimentos de capitais; 3) e entre 1986 e 1995, período caracterizado pela abertura e desregulamentação dos mercados de ações, incorporação dos mercados emergentes na circulação internacional do capital e pelos choques financeiros e cambiais mais intensos.

Para Ferrari Filho e Paula (2004) a ideia de que a mobilidade de capitais sem controle proporciona vantagens econômicas para os países em desenvolvimento passou longe de se concretizar. Para defender seu argumento, os autores apontam que a globalização se desdobra na perda de autonomia na condução da política econômica e um aumento no nível de interdependência entre as economias, maximizando as possibilidades de propagação de crises cambiais e financeiras entre as diversas regiões do globo.

4 O DESENVOLVIMENTISMO NACIONAL PERIFÉRICO

Conforme o observado no capítulo anterior, existem fortes evidências que relacionam a pobreza e a desigualdade na periferia mundial à crise no padrão de acumulação de capital (CARDOSO, FALETTO, 1969; FURTADO, 1987; GONÇALVES, 1999; 1998; IANNI, 1988; MARINI, 1992 e 2000; SALAMA, 1999; SALAMA, VALIER, 1997). Entretanto, é inegável que os desdobramentos sejam intensificados em razão das políticas domésticas adotadas e as estratégias internacionais que são priorizadas pelos governos nacionais, visto que esses são os responsáveis pela priorização, ou não, destes processos.

A partir disso, entende-se que os modelos de desenvolvimento adotados pelos países influenciam diretamente no grau de dependência, assim como, na perpetuação das condições de subdesenvolvimento das regiões de análise. Para melhor compreender esses processos, nos subcapítulos a seguir irá se analisar as décadas anteriores a diferenciação do desenvolvimento nas regiões do Cone Sul e Tigres Asiáticos, a fim de compreender quais fatores influenciaram nesta distinção. Para isso, se dará ênfase no período compreendido entre o pós Segunda Guerra até a década de 1960 e a década de 1970.

4.1 A indústria nacional como projeto de desenvolvimento

Entre o pós Segunda Guerra Mundial até meados da década de 1960, tanto as economias compreendidas no Cone Sul, quanto as dos Tigres Asiáticos partiram de caracterizações semelhantes nas etapas iniciais dos seus processos de desenvolvimento. Ambas as regiões eram caracterizadas como economias periféricas e apresentavam potencial para o desenvolvimento fundamentado no estabelecimento de estruturas internas que permitissem a criação de uma indústria nacional solidificada. Com isso, conforme o apontado por Medeiros (2018), existem variáveis que aproximam essas duas regiões. Destas, três pontos de convergência no cenário econômico doméstico se destacam:

- a) uma modernização da estrutura produtiva caracterizadas pela promoção da industrialização, refletidas tanto pelo incentivo aos processos de substituição de importações quanto pela promoção dos processos de exportação (CANUTO, 1991; FAJNZYLBBER, 1983);
- b) a atuação do Estado como agente direto na condução de políticas de incentivo industrial, subsídios, tarifas, regulações macroeconômicas, controle das taxas de juros e câmbio, financiamento, formação de capital intelectual e apoio à inovação e

na criação de empresas estatais, assim como no aporte de capital em setores chaves da economia para a elaboração das estratégias de desenvolvimento (CANUTO, 1991; FAJNZYLBER, 1983);

- c) nos âmbitos social e político, a particularidade de que os países que passavam pelos processos de industrialização apresentavam submetidos a governos autoritários e os resultados do progresso econômico eram distribuídos igualitariamente (apesar do aumento da renda per capita, dos salários e do poder de compra, observou-se um aumento expressivo nos índices que discorrem sobre a concentração de renda (FAJNZYLBER, 1983; TAVARES, 1983; TAVARES; ASSIS, 1985).

Destaca-se que, no período, o cenário econômico mundial passava por tensões econômicas oriundas especialmente das consequências da Segunda Guerra, implicando diretamente na queda do comércio internacional e na restrição nos fluxos de capitais. A elaboração do Plano Marshall, que visava a recuperação do continente europeu, fez com que apoio financeiro às economias periféricas fosse restringido, especialmente para as economias latino-americanas. A falta de recursos para a implementação dos modelos de desenvolvimento vigentes - no Brasil, por exemplo, levantou questionamento acerca do projeto de industrialização varguista, de cunho nacionalista (MEDEIROS, 2018).

No período anterior, externamente, os países periféricos experienciaram um período favorável à obtenção dos meios necessários à implementação dos seus projetos, principalmente através dos financiamentos. Desta forma, assim como o período entre 1950 e 1960 foi importante para os NICs asiáticos, conforme será analisado nos próximos capítulos, o panorama internacional de 1937 a 1945 permitiu aos países sul-americanos maior autonomia na elaboração dos seus projetos nacionais, principalmente pela obtenção de empréstimos no exterior. Conforme o descrito por Tavares (1983), o processo de substituição de importações que caracterizou o período, entre o início da década de 30 até o pós-guerra, foi realizado majoritariamente por financiamentos. Com isso, a estruturação do setor industrial das principais economias da região, que exigiam altos investimentos, foram oriundos de incentivos financeiros.

Analisando o panorama econômico da região sul-americana, Salama e Valier (1997) argumentam que os padrões de inserção na economia mundial dessa região foram os causadores da complexa distribuição de renda regional. Para o autor, as bases econômicas da região, fundamentadas no modelo econômico primário-exportador, assim como, a promoção do posterior processo de industrialização por meio da lógica da substituição de importações foram

apontados como um dos principais fomentadores da acumulação de renda e dificuldade de melhoria nos padrões de desenvolvimento na região. Isso em razão do fato de o regime de acumulação ter ido de encontro com o perfil de distribuição de renda e com o da produção, favorecendo as classes médias em detrimento das camadas mais pobres da sociedade. Aliado a isso, a situação econômica dos países se agravou com a inflação, as crises econômicas e a expansão da lógica de predomínio financeiro.

Internamente, os Estados compreendidos na periferia mundial, apesar de já apresentarem uma incipiente burguesia industrial, não conseguiram articular suas estratégias industriais, devido à falta de fonte de receitas do Estado e à escassez do mercado de crédito. A partir disso, as alternativas encontradas com o intuito de obter o crescimento econômico era a adoção da disciplina dos mercados de câmbio, privilegiando setores industriais e a busca por financiamentos externos, especialmente os norte-americanos. Mesmo com as adversidades, especialmente nas economias mais expressivas da região, Brasil e Argentina, foi possível colocar em prática os projetos de desenvolvimento, fundamentados na industrialização, que permitiram a expansão de setores chaves na região como o energético, elétrico, carvão e, principalmente o petróleo (MEDEIROS, 2018).

Entretanto, no longo prazo foi perceptível um esgotamento nas políticas econômicas industriais de cunho nacionalista. A conjuntura brasileira, por exemplo, com o fim do segundo mandato de Vargas, evidenciou o fim da dinâmica que prioriza o desenvolvimento econômico mais autônomo, conforme o que era observado em países como a Coreia do Sul no período. A principal dificuldade referia-se à baixa disponibilidade capital para seguir com a condução do projeto industrial nacional. Mesmo as indústrias alterando o eixo de dinamismo econômico para o mercado doméstico, visando a internacionalização de uma matriz industrial, a dependência externa, técnica e financeira, ainda se mostravam como barreiras internas para o desenvolvimento nacional (FURTADO, 1974).

Junto a este processo, especialmente no Brasil e Argentina, algumas características se sobressaltam. A partir da segunda metade dos anos cinquenta, a entrada de IED se ampliou para todo o continente latino-americano. A vinda desses investimentos para a região, por meio da entrada das multinacionais, foi motivada por dois fatores principais conforme aponta Campus (2009, p.23): a) [...] um “[...] planejamento público capaz de ofertar infraestrutura viável e certos recursos financeiros integrados ao processo de internacionalização produtiva, traduzindo-se em novas zonas de expansão industriais com elevadas taxas de retorno no longo prazo às filiais”; e; b) os setores em que se fixaram as multinacionais, de maior dinamismo e

valor agregado (transporte, química, equipamentos elétricos e mecânicos pesados) (CAMPOS, 2009, p.23).

Com isso, foi possível observar que o projeto de desenvolvimento nacional passou a perder o caráter exclusivamente nacional e passou a compreender outros agentes. A partir do fim da década de 1960, as economias sul-americanas passaram a apresentar uma diferenciação na organização do estabelecimento da indústria nacional. Apesar de continuar promovendo a ideia de se desenvolver por meio da indústria e melhoria de infraestrutura, passou-se a promover o desenvolvimento associado ao capital internacional. Afastou-se da concepção de desenvolvimento com cunho nacionalista para a priorização de mudanças políticas para permitir a entrada do capital internacional.

Nesse momento, deu-se início a realização de mudanças que deram base para o início da associação - Estado, capital internacional, e o capital privado nacional - nas principais economias sul-americanas, caracterizado como o tripé de investimento, que perdurou até 1980 na região sul-americana. Os governos defendiam a presença das multinacionais especialmente tendo em vista as possibilidades de progresso tecnológico e aporte de capitais para a industrialização. O principal argumento apontava que a atuação do Estado como principal agente das transformações econômicas dificultaria o processo (MEDEIROS, 2018).

Nessa categorização, os dois primeiros pilares eram expressos pelo capital internacional, por meio das multinacionais em setores dinâmicos como a indústria mecânica (automobilística, construção naval, bens de capital, etc.) e básica (celulose, papel, química básica, etc.) e o empresariado nacional que dentro do processo de acumulação capitalista atuaram concomitantemente com ao capital internacional por meio da indústria de autopeças, e produção de bens e insumos intermediários ao processo produtivo. Enquanto o terceiro pilar era representado pelo Estado, que possibilita investimentos em setores mais estratégicos e com pouco retorno, como o setor energético (petróleo, carvão, energia elétrica) e transportes (ampliação de rodovias) (LESSA, 1983).

Além da promoção da indústria, a atuação do Estado foi primordial em outros aspectos. No período, existiam uma série de restrições de barreiras tarifárias e cambiais que foram estabelecidas com o intuito de proteger o incipiente mercado nacional. Neste período, a disciplina dos mercados de câmbio privilegiava os setores industriais, mesmo procurando financiamentos externos, especialmente no mercado norte-americano para pôr em prática suas estratégias (MEDEIROS, 2018).

Porém, conforme será melhor analisado nos subcapítulos posteriores, apesar desse modelo ser importante para fornecer aportes de capitais necessários, a base do capital internacional, por ter preponderância estratégica de escala infinitamente superior ao privado nacional e força econômica para impor seus interesses se apresentou como um problema em algumas décadas mais tarde. Essa situação se deu, principalmente, pela diminuição do controle e participação dos governos nacionais sul-americanos no controle de decisões políticas e centralização de determinados procedimentos.

Porém, destaca-se que a continuidade na atuação do Estado, mesmo somente por um período, foi de extrema importância, especialmente frente ao aumento expressivo dos fluxos de capitais internacionais. Conforme o observado, a liquidez internacional aumentava progressivamente, favorecendo o crescimento econômico dessas regiões por meio de Investimento Externos Diretos e fluxos de capitais, o que se apresentava como uma ótima solução para os problemas de poupança interna e restrições na Balança de Pagamentos. Inclusive, no período observou o início da ampliação da entrada de IED em todo o continente latino-americano. Por isso, a atuação dos governos nacionais permitindo a entrada dessas capitais, mas estabelecendo normas para tal, foram importantes, especialmente para proteger a indústria que estava nos seus anos iniciais (LESSA, 1983).

Após 1968, a restrição externa e crise na Balança de Pagamentos passaram a apresentar melhores condições. Entre 1967 e 1969, ocorreu a modernização das atividades agrícolas voltadas à exportação ocasionando a modernização do setor latifundiário, por meio da diversificação de novos itens da pauta exportadora e a conseqüente diminuição das pressões sobre as contas externas. Junto a isso, ocorreu a alteração das políticas econômicas, expressas pela redução nas taxas de juros, aumento de crédito, subsídios para empresas e impulso ao financiamento habitacional, que foram fundamentais ao período de crescimento observado entre 1968 e 1973. Essas medidas de caráter expansionista resultaram na reversão do saldo da Balança Comercial de pagamentos, diminuição das pressões inflacionárias e a duplicação do crédito, assim como aumento nas exportações (TAVARES, 1998).

Tavares (1998) argumenta que, apesar desse cenário aparentemente favorável, políticas monetárias mais frouxas, juros mais baixos e expansão de crédito sustentam um crescimento bem menos dinâmico do que o observado em fases de expansão anteriores. A recuperação econômica observada até 1969 ocorreu majoritariamente via ocupação da capacidade ociosa acumulada nos anos posteriores à década de 1960. A partir desse processo que se teve início

um ciclo de investimento industrial com a construção civil, material de transporte e mecânica, materiais elétricos e bens de consumo não-duráveis no centro (TAVARES, 1998).

Com isso, é possível observar que a partir do período compreendido no pós-crise de 1929, os Estados nacionais sul-americanos, sob o comando de governos populistas como Vargas no Brasil e, posteriormente, Perón na Argentina, passaram a priorizar estratégias de desenvolvimento na qual a industrialização seria protagonista em detrimento de atividades agroexportadoras. A promoção dessas perspectivas proporcionou um desenvolvimento nacional na qual a atuação do Estado, sob um arranjo político e econômico internacional, foi determinante para os projetos de industrialização. O Estado passou a desempenhar um caráter burocrático e centralizado visando a implementação de um projeto que estabelecesse uma indústria nacional. Isso possibilitou a criação de medidas de fomento e desenvolvimento, assim como, órgãos e instituições para o estímulo e regulação de setores vistos como essenciais ao desenvolvimento (MEDEIROS, 2018).

De maneira semelhante, nas economias compreendidas no Leste Asiático, a estruturação de estratégias de industrialização também serviu como base para o processo de desenvolvimento regional. Entretanto, conforme o argumentado por Fajnzylber (1983), apesar de as estratégias que terem a industrialização como fim, reconheciam a inserção em mercados internacionais, especialmente porque, diferente das economias sul-americanas, os países em questão não possuíam grandes mercados domésticos. A partir disso, é possível identificar as divergências entre o processo adotado pelos Países Recentemente Industrializados (PRI) asiáticos e os latino-americanos, visto que nas economias americanas, a industrialização nasceu com o intuito de responder uma demanda potencial interna.

Medeiros (2018) salienta que o processo de industrialização nos países asiáticos pode ser observado sob a ótica de uma necessidade de sobrevivência, diferente da fundamentação da industrialização latino-americana que surgiu da lógica do processo de substituição de importações para suprir a alta demanda doméstica. Por não possuírem um mercado regional capaz de absorver a oferta de uma produção industrial diversificada, nem recursos para a manutenção das contas externas frente a um processo de industrialização que demandava altos investimentos, os asiáticos viram no processo fundamentado na produção de produtos com baixo valor agregado e com mão de obra barata uma possibilidade de melhoria.

Nos anos iniciais dos processos desenvolvimentistas, de maneira semelhante aos sul-americanos, os países compreendidos nos Tigres Asiáticos, estavam em processo constante de recebimento de ajuda financeira, especialmente a Coreia do Sul e Taiwan por serem

considerados estratégicos pelas potências econômicas. Neste período, a ampliação dos fluxos de capitais contribuiu para a aceleração dos processos de industrialização nacional. Palma (2004), por exemplo, afirma que os fatores que motivaram o sucesso das economias asiáticas foram: o setor externo, por meio da abertura dos mercados da OCDE para as exportações de manufaturas e a taxa de expansão do comércio internacional desses produtos.

A partir disso, um fator importante na caracterização regional do processo dos tigres está no fato de que as quatro economias trataram a entrada de capitais estrangeiros de maneira seleta e rigorosa. Porém, indo além disso, os governos nacionais priorizavam a criação de empresas estatais ou grupos nacionais, baseados em planejamentos de desenvolvimento nacional, encabeçados pelo Estado, visualizando o fortalecimento da indústria nacional, pela posterior mudança da estrutura produtiva (MEDEIROS, 2018).

O processo em questão ficou mais evidente no fim da década de 1960 com as economias asiáticas expressando maior dinamismo econômico. Os governos nacionais conseguiram estabelecer a internalização de tecnologias e adensamento da matriz produtiva que permitiram a estabilização de uma matriz industrial de bens leves. Essa estrutura produtiva, conforme tinha sido previamente idealizada, fundamentou-se inicialmente na exportação de produtos com baixo valor agregado. Porém, posteriormente, criou-se motivou a criação de uma indústria exportadora com produtos com mais valor agregado voltado para o mercado interno. Esse processo permitiu a criação de grandes empresas e conglomerados industriais fundamentados em tecnologias de ponta nas décadas posteriores (MEDEIROS, 2018).

Tendo como fatores favoráveis o excedente de mão de obra qualificada e salários baixos, os NICs asiáticos conseguiram aprofundar o processo de industrialização, tendo as exportações como fim. Conforme o destacado por Canuto (1991) as economias em questão originaram um novo padrão de ingresso de capital industrial nas economias periféricas. Em um processo divergente do ocorrido nos países sul-americanos, no qual as empresas transnacionais, majoritariamente nos anos 50 e 60, se movimentavam para setores comercialmente protegidos, nos países asiáticos idealizou-se "plataformas de exportações" baseadas em atividades intensivas em mão de obra não qualificada.

Conforme argumenta Fajnzylber (1983), observando os processos ocorridos na região, pode-se creditar dois fatores principais. Primeiro, a recuperação japonesa e a perda de competitividade de alguns setores devido ao aumento dos salários ocasionaram a migração de setores produtivos para as economias subdesenvolvidas da região. Dessa forma, as indústrias, em um primeiro momento, apresentavam como característica pouco desenvolvimento

tecnológico e a utilização de mão de obra pouco qualificada. Segundo, as políticas fundamentadas na atuação estatal ativa que impulsionaram setores estratégicos por meio de um modelo de investimentos que priorizava a combinação da presença do Estado concomitantemente a atuação do setor privado, resultando no que Fajnzylber (1983) descreve como “aprendizagem da indústria nacional”.

Além disso, evidencia-se um terceiro fator, a ajuda financeira internacional. Considerando que a região se tornou um local geopoliticamente estratégico, ajudas financeiras externas por meio de empréstimos de países desenvolvidos e empréstimos bancários se tornaram uma opção mais flexível. A obtenção de empréstimos no início do estabelecimento das matrizes industriais foi fundamental para o desenvolvimento industrial dos países que compõem os Tigres Asiáticos (MEDEIROS, 2018).

Tendo em vista os desdobramentos que o processo de industrialização pode apresentar, Tavares (1983) argumenta que o processo de substituição de exportações tende a apresentar custos mais elevados, considerando as barreiras à entrada e menos sustentáveis devido a necessidade de ampliação de importação de bens de consumo pesado e bens de capital para dar continuidade no processo de desenvolvimento nacional. Além disso, a pauta exportadora permanece dependente das exportações de manufaturas leves e produtos primários, gerando uma tendência à déficits na Balança de Pagamentos e evidenciando a deterioração dos termos de troca (FAJNZYLBBER, 1983; PREBISCH, 2000; TAVARES, 1983).

A industrialização fundamentada em uma lógica exportadora exige altos aportes de capital para o desenvolvimento de plantas produtivas e exige a importação de insumos intermediários para a sustentação dessas indústrias. Além disso, fatores como pressão de remessas de lucro para o exterior, características das multinacionais, também acabam contribuindo para as possibilidades de financiamento do desenvolvimento industrial (MEDEIROS, 2018)

É a partir disso, que a ajuda financeira internacional demonstrou ser essencial, especialmente no que tange a obtenção de empréstimos externos, públicos e privados. Esse suporte permitiu a quitação das dívidas externas e a superação de estrangulamentos em um momento primordial da governança do modelo de industrialização dessas economias nacionais. Dessa forma, a maneira como ocorreram os financiamentos é fundamental para a compreensão do processo de desenvolvimento dos países do leste asiático, assim como, os países sul-americanos. Além disso, a importância do processo também se fundamenta que estes também impactaram nos desdobramentos das economias regionais nas décadas sucessivas de 80 e 90.

Conforme o observado nos processos das duas regiões, apesar das diferenças em níveis de intensidade, a atuação do Estado nos anos iniciais das economias industrializantes é bastante evidente. Mesmo nos casos no qual a presença de empresas transnacionais foi significativa no processo de desenvolvimento, como é o caso de Singapura, que será melhor analisada posteriormente, ocorreram restrições. A semelhança encontrada nos processos vividos pelas quatro economias, Hong Kong, Taiwan, Coréia do Sul e Singapura foi a priorização, seja promovendo o capital privado ou via empresas estatais, a confiança nessas empresas nacionais para liderarem o processo de industrialização desde os anos iniciais.

Tendo em vista a compreensão de que a participação das transnacionais na periferia asiática foi menos intensa, é possível argumentar que os governos nacionais da região, atuando como coordenadores dos projetos de industrialização, conseguiram se articular ao empresariado nacional, de maneira que o projeto de desenvolvimento passasse a abranger a promoção tecnológica e a internalização do progresso técnico. Dessa maneira, o processo desenvolvimentista passou a compreender a necessidade de uma política de internalização da promoção tecnológica e a qualificação da sua força de trabalho. Como exemplo para demonstrar o sucesso da estratégia que une Estado e capital privado, Fichet (1997) argumenta que na Coréia do Sul e em Taiwan se obteve tecnologias estrangeiras, porém, não se priorizou somente o investimento estrangeiro direto (IED), possibilitando a especialização em bens fundamentados na alta tecnologia.

Dessa forma, assim como foram apontadas semelhanças entre as regiões, também é possível salientar algumas variações que desde o período em questão já evidenciaram as divergências nos processos desenvolvimentistas das regiões de análise. Os históricos evidenciam que, desde o primeiro momento, a orientação dos programas industrializantes apresentou diferenças.

- a) nos países asiáticos, buscou-se um programa de industrialização voltado a um “drive” exportador, enquanto nos países sul-americanos os processos foram motivados mais para suprir a demanda do mercado interno, caracterizado pelo processo de substituição de importações, do que voltado para a exportação. Essa situação acabou ocasionando problemas posteriores ao incentivo da pauta exportadora visto que a conversão necessária, de aprimoramento dos produtos com

baixo valor agregado, não foi realizada (CEPAL, 2000; PREBISH, 2000; TAVARES, 1983; FAJNZYLBBER, 1983; 2000);¹

- b) a atuação dos Estados nacionais no sudeste asiático apresentou um perfil muito mais intervencionista e planejador dos projetos de industrialização. Acredita-se que isso levou a um arranjo produtivo muito mais eficiente, assim como uma infraestrutura organizacional muito mais favorável ao avanço industrial do que no continente americano (FAJNZYLBBER, 1983; CANUTO, 1991).

Parte-se do pressuposto de que as bases econômicas e sociais divergem de acordo com a região, independente da condição de subdesenvolvimento. No caso em questão, tanto as economias do Cone Sul quanto as dos Tigres Asiáticos partiram de bases econômicas e sociais particulares para responder os mesmos processos internacionais.

Porém mesmo com algumas características semelhantes, as economias sul-americanas, após os anos iniciais, passaram a priorizar a atuação das empresas transnacionais como vetores do desenvolvimento industrial. As economias dos Tigres Asiáticos, entretanto, planejaram os seus processos e favoreceram as indústrias estatais e os capitais privados nacionais. A dinâmica em questão será discutida no subcapítulo a seguir com a intensificação deste processo durante a década de 1970.

4.2 As mudanças na matriz produtiva da década de 1970

Na transição da década de 1960 para 1970, a priorização das multinacionais na coordenação do desenvolvimento industrial das economias sul-americanas passou a ficar mais evidente. A priorização desses agentes voltou-se, principalmente, na promoção do progresso tecnológico e aporte de capital para o desenvolvimento industrial, sob o argumento de que o Estado não deveria ser o principal ator no estabelecimento dessas transformações. Essa situação pode ser observada na tabela abaixo, que demonstra como as duas regiões divergiam no que tange a origem dos agentes responsáveis pela industrialização.

¹ Medeiros (2018) destaca que esse é um dos principais fatores que levam alguns autores a compreenderem a industrialização dos países asiáticos de maneira equivocada. A caracterização de um processo de industrialização voltado a exportações e, conseqüentemente, a ideia de “economia aberta”, levam a ideias errôneas. em comparação com as economias periféricas sul-americanas a região apresenta um grau de abertura comercial mais acentuado.

Tabela 1 - Participação de empresas transnacionais na exportação de manufaturas²

País	Porcentagem	Ano
Hong Kong	10%	1972
Taiwan	20%	1971
Coréia do Sul	15%	1971
Singapura	70%	1970
Brasil	43%	1969
Argentina	30%	1969

Fonte: Fajnzylber (1983, p.134 *apud*. MEDEIROS, 2018)

Observando os indicadores demonstrados por Fajnzylber (1983), é possível observar como a participação das empresas transnacionais foram bem menos significativas nas economias asiáticas com exceção do caso de Singapura que, conforme será melhor analisado nos capítulos seguintes, mesmo com a forte presença do Estado, contou com a participação de empresas multinacionais no seu processo de desenvolvimento. Isso evidencia como nos Tigres Asiáticos a estratégia de desenvolvimento industrial deu ênfase para as empresas nacionais, que passaram a aumentar progressivamente sua participação nos mercados internacionais.

Essa foi uma das razões que permitiu, no decorrer da década de 1970, que ocorresse uma mudança na matriz produtiva. Essa situação possibilitou que as empresas asiáticas agregassem valor à sua indústria, se adaptando posteriormente às mudanças necessárias para entrarem de maneira competitiva no fornecimento das demandas internacionais. A industrialização dos países abrangidos nos Tigres Asiáticos passou de uma base fundamentada em mão de obra barata e com uma produção voltada a produtos com baixo valor agregado para o estabelecimento de uma matriz industrial que permitia a produção de bens de capital.

Essa alteração, possibilitou que as economias atingissem a reversão do déficit da balança comercial, proporcionando a formação de capital dentro das próprias economias domésticas. Mesmo os setores de indústria pesada conseguiram ser aprimorados frente às condições tecnológicas e financeiras, contribuindo para o estabelecimento de um desenvolvimento pleno das economias do leste asiáticas (MEDEIROS, 2018).

² Exclui-se da generalização o caso de Singapura que contou com a participação de empresas transnacionais no seu processo de desenvolvimento.

Aliado a isso, os países conseguiram reverter o caráter deficitário das contas da Balança de Pagamentos por meio da transformação na composição setorial da economia, elevando a participação industrial. A partir dessas transformações os NICs asiáticos conseguiram passar a ser classificados como economias de rápido crescimento e aceleração industrial, especialmente por conseguirem priorizar atividades manufatureiras com mais valor agregado. Posteriormente, outro fator que evidencia o progresso dessas economias foi o surgimento do grupo de países denominados Novos Tigres Asiáticos. A denominação que compreende a Indonésia, Vietnã, Malásia, Tailândia e Filipinas, surgiu em partes para suprir a necessidade de migração da cadeia produtiva dos Tigres Asiáticos que necessitavam reduzir os custos de operação.

Na década de 1970 a situação favorável das economias dos tigres originários manteve-se com os planos de industrialização priorizando internalização de bens de capital. As indústrias "pesadas" (siderurgia, petroquímica, ferros etc.) foram combinadas as condições propícias de tecnologia e financiamento, possibilitando o estabelecimento de um desenvolvimento mais pleno. Essa situação pode ser observada na reversão das contas da Balança de Pagamentos, que perdeu o caráter deficitário com a elevação da participação industrial, especialmente pelas manufaturas de médio e alto valor agregado (CANUTO, 199; FAJNZYLBBER, 1983; PALMA, 2004). Dentre os países asiáticos analisados, o caso que mais evidencia esse progresso econômico é o caso da Coreia do Sul. Entre 1967 e 1985, a porcentagem do PIB que expressa a agropecuária passou de 32,4% para 12%, por outro lado, o setor manufatureiro passou de 23% para 36% e o de serviços de 44% para 51,4% no mesmo período³ (CANUTO, 1991).

O progresso regional, mesmo com suas críticas e problemas referentes a conflitos de interesse entre Estados Nacionais e empresas estrangeiras, foi fundamental para o desenvolvimento econômico regional e inclusão tanto dos países dos I-PRIs, quanto dos II-PRIs dentro das classificações de economias emergentes industrializadas⁴. Alves (2019) aponta que a região atingiu conquistas sociais e econômicas que superaram não só a região sul-americana, mas também a Europa e os Estados Unidos. Os quatro países que compõem os Tigres Asiáticos, especialmente Singapura, apresentaram resultados exitosos que serviram posteriormente de modelo inclusive para a China, que replicou muitas das medidas adotadas pelos Países Recentemente Industrializados asiáticos. Os países em questão evidenciaram resultados muitos

³ Dados do World Development Indicators

⁴ O sucesso econômico da região não se desprende do contexto de expansão e aprofundamento do capitalismo nas periferias. Fernandes (1976) mostra que “[...] o controle da periferia passa a ser vital para o ‘mundo capitalista’, não só porque as economias centrais precisam de suas matérias-primas e dos seus dinamismos econômicos, para continuarem a crescer, mas também porque nela se achava o último espaço histórico disponível para a expansão do capitalismo.”

satisfatórios no que tange o aumento da renda per capita da sua população, evidenciando, de acordo com as variantes utilizadas, bons índices de desenvolvimento econômico.

Alves (2019) defende que a estratégia de desenvolvimento desenvolvida pelas economias dos Tigres Asiáticos pode ser considerada um caso de bastante sucesso no que tange a obtenção de melhoria nas condições econômicas e sociais para a população, assim como, para a soberania nacional. De acordo com o autor, diferente dos países sul-americanos, especialmente os da América Latina, que adotaram a “substituição de importações”, o modelo implementado por Hong Kong, Singapura, Taiwan e Coreia do Sul se mostrou muito mais eficaz na conquista de melhores padrões econômicos e sociais.

Tendo em vista que estavam sob uma região de domínio e influência de potências capitalistas, especialmente dos Estados Unidos, o apoio desses países apareceu de maneira contínua após os anos 1950 no Leste Asiáticos. Economias como a da Coreia do Sul e de Taiwan eram vistas como estratégicas para a geopolítica regional. A partir disso, a ampliação de fluxos de capitais, tanto dos Estados Unidos, quanto do Japão, a partir da década de 1950 contribuíram para a aceleração do processo de industrialização desses países (MEDEIROS, 2018).

Entretanto, no que tange a entrada de capitais estrangeiros, destaca-se que esta foi tratada de maneira seleta e rigorosa, evidenciando que desde um primeiro momento, essas economias priorizavam a criação de empresas estatais ou de grupos privados nacionais que desenvolvessem seus propósitos junto ao Estado, fundamentados em um plano de desenvolvimento nacional (CANUTO, 1991).

Destaca-se que a dinâmica utilizada, assim como a intensidade e maneira a qual funcionou a atuação estatal nas economias da região, se deu de acordo com os desenvolvimentos domésticos e as características nacionais particulares de cada país. Tendo em mente o caso da Coreia do Sul, por exemplo, ficou evidente que o Estado agiu de maneira seletiva e priorizou fortemente os setores que já estavam inseridos dentro do plano de industrialização (MEDEIROS, 2018). Fajnzylber (1983) ainda destaca que a seletividade adotada pelo Estado não ficou restrita somente aos setores chaves, mas também a empresas por meio de restrições às divisas autorizadas para as importações com dívidas geradas pelas exportações, sempre salientando a atuação estatal coordenando o processo (FAJNZYLBER, 1983).

Nas economias compreendidas no Cone Sul, mesmo com a priorização das transnacionais, ocorreu o desenvolvimento da indústria de bens duráveis. A partir disso, foi possível a retomada do investimento após 1971. Nesse período, a expansão levou a um novo

processo de substituição de importações, com o aumento das importações de bens de capital para os investimentos realizados complementando a demanda doméstica. Isso, conforme Tavares (1998) levou a um ciclo constante que no seu ápice ocasiona uma elevada taxa de acumulação de capital. Nesse caso, a expansão industrial em vários setores, junto à concorrência intercapitalista, ocasionaram a sobre acumulação que, com o aumento da capacidade produtiva maior que a expansão da demanda, reverteu o curto período de expansão.

O processo em questão originou uma recessão que se tornou aparente no início de 1974 evidenciando as limitações do crescimento, tendo em vista que a indústria dinâmica desacelerou e deixou de impulsionar todo um setor industrial e de serviços. As alternativas para tentar reverter esses problemas econômicos e mascarar a disparidade social foi a realização de planos de investimentos no período compreendido entre 1975 e 1979 esperando-se que a redução dos gargalos estruturais formaria um novo ciclo virtuoso de crescimento.

A partir dos aportes financeiros realizados pelo Estado e o pouco incentivo que o setor privado teve por meio dos investimentos, evidenciou-se o considerável aumento da participação estatal, apresentando o Estado como um pilar fundamental na sustentação da formação de capital para as economias sul-americanas. Entretanto, no caso brasileiro, por exemplo, o aumento da participação do Estado se apresentou de maneira a evidenciar o desequilíbrio econômico, visto que mesmo com a articulação interna em torno de um projeto de industrialização, a situação das finanças externas nacionais e internacionais na década de 1970 apresentavam uma série de problemas (MEDEIROS, 2018).

Conforme o argumentado por Cruz (1998) entre 1977 e 1978 os desequilíbrios externos assumiram um caráter financeiro, resultante do impacto desequilibrador que o endividamento externo exerceu sobre a Balança de Pagamentos. Com isso, a lógica de endividamento para investir foi alterada, e os passivos contratados passam a sustentar o pagamento das obrigações externas de curto prazo que se retroalimentam vide o endividamento público que aumenta para pagar as devidas obrigações, implicando em uma “ciranda financeira”.

A partir disso, como aponta Medeiros (2018), o agente que assume o papel de endividado também foi alterado. Como o Estado passou a ser o principal agente financiador dos investimentos, assim como quem demandava esses financiamentos, às empresas públicas, junto ao setor público, passaram a ser os tomadores da dívida em troca da moeda estrangeira, para darem continuidade nos projetos de desenvolvimento nacional e para captar recursos em moeda externa com o intuito de garantir a liquidez das contas externas no curto prazo. Logo, o perfil das captações em moeda estrangeira alterou-se entre 1971 e 1980: o setor privado que antes era

o responsável por cerca de 75% do captado no exterior, em 1980 passa a responder por apenas 25%, enquanto o setor público vai de 25% para 75% no Brasil (CRUZ, 1998; COUTINHO; REICHSTUL, 1998).

A partir de 1979 os problemas oriundos da tomada de financiamentos feitos pelos setores privados e públicos, especialmente no Brasil e na Argentina, se tornaram aparentes no cenário econômico doméstico. Somado a essa conjuntura complexa, a elevação da taxa de juros básica nos Estados Unidos desestabilizou as contas externas e acentuou os problemas já existentes, tendo em vista que a liquidez tornou-se escassa em razão da instabilidade criada. Nesse cenário, o crédito internacional, fundamental para o financiamento das dívidas de curto prazo, ficou comprometido, afetando diretamente a liquidação das contas externas nacionais.

No âmbito doméstico, o setor público passou a apresentar uma dívida pública exponencial, a inflação crescia a ritmos assustadores, assim como, o cenário político se tornava cada vez mais insustentável com o autoritarismo do governo militar. O somatório desses fatores implicou diretamente nos desdobramentos da década seguinte, o período conhecido como a “década perdida” na região sul-americana. Marcado por adversidades tanto na maneira a qual o Estado atuava, como na visão de desenvolvimento econômico e industrialização que perpetuava desde a década de 1930 (MEDEIROS, 2018).

5 A INFLUÊNCIA GLOBAL A PARTIR DA DÉCADA DE 1980

5.1 Neoliberalismo e dependência sul-americana

Na década de 1980, a crise da dívida externa e a hiperinflação levaram os países do continente sul-americanos a passar por um período conturbado. Em âmbito mundial, observou-se uma complexa conjuntura vivenciada pelas economias periféricas, com exceção das compreendidas no Leste Asiático. Este cenário, fundamentado nas ocorrências na década de 1970, deu bases para o argumento de que as falhas cometidas pelos governos seriam tão graves quanto as falhas de mercado. A partir disso, emergiu um movimento internacional o qual passou a questionar a atuação do estado nacional, defendendo a redução da participação deste na formulação de processos internos (ESTEVÃO, 2004).

Foi nesse cenário que emergiram as premissas neoliberais, que resultaram na ocorrência do Consenso de Washington, basilar para a transformação do que seria a nova agenda do desenvolvimento. Idealizado e defendido pelos Estados desenvolvidos e instituições do centro econômico global, as premissas desenvolvidas no encontro que ocorreu no fim da década de 1980 foram voltadas especialmente para os países na periferia latino-americana. Na reunião, idealizaram-se uma série de recomendações que tinham o objetivo de promoverem o desenvolvimento econômico por meio da ampliação do neoliberalismo. Com exceção, em um primeiro momento, do Brasil e do Peru, o receituário de medidas neoliberais teve ampla aceitação no continente latino-americano (GONÇALVES e SCHIMIDT, 2008).

As ideias defendidas pelo Consenso, entretanto, não apresentaram nenhuma medida inédita, visto que somente promoveu as ideias que já vinham sendo defendidas nas décadas de 1970 e 1980, principalmente pelos Estados Unidos e pelo Reino Unido. Aliado a isso, importantes instituições como o Fundo Monetário Internacional e o Banco Mundial, passaram a determinar a adoção das medidas fundamentadas no neoliberalismo como um requisito necessário para a obtenção de empréstimos, assim como, para a participação de processos de cooperação econômica (GONÇALVES e SCHIMIDT, 2008).

Os principais pontos defendidos pelo receituário incluíam: a) disciplina fiscal, por meio do qual o Estado deveria priorizar a diminuição dos gastos públicos; b) reforma fiscal e tributária, visando a reformulação dos sistemas de arrecadação; c) privatização de empresas estatais, tanto no âmbito comercial, quanto em áreas de infraestrutura, priorizando a atuação de empresas privadas; d) abertura comercial e econômica, visando a diminuição do protecionismo e criando um ambiente propício ao investimento estrangeiro; e a d) desregulamentação do

controle econômico e leis trabalhistas. Destaca-se que a adoção das medidas ocorreu de maneira generalizada e países como o Brasil, que era contra o receituário inicialmente, adotaram as medidas em um processo que atingiu o ápice na década de 1990 com a privatização de empresas do ramo de energia, telecomunicações, mineração e outros setores estratégicos, antes basilares ao plano industrial (BRESSER-PEREIRA, 2006).

Além dos principais pontos, argumentava-se que as economias em desenvolvimento deveriam adotar uma rápida abertura financeira e comercial para as economias desenvolvidas. As medidas visavam atestar um modelo que servisse para que as economias periféricas fossem introduzidas no mundo mais “liberal” e “globalizado”, principalmente por meio da adoção de medidas para entrarem nos processos de forma mais competitiva visto a necessidade de inserirem na economia global. Conforme aponta Crocetti (2004), as principais agências norte-americanas, como o Fundo Monetário Internacional, Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento, Organização Mundial do Comércio, as Nações Unidas e a academia atuaram em concordância receitando as reformas.

Dentre os três principais pontos defendidos pela reforma, a liberalização comercial foi a com maior nível de abrangência. Em um curto período, os países em desenvolvimento eliminaram restrições relacionadas a importações, assim como, diminuíram as barreiras tarifárias. Esperava-se melhorias no desempenho econômico, tendo em vista que os fatores vistos como obstáculos para o crescimento econômico eram o populismo macroeconômico e o protecionismo defendido pelo Estado, porém, nenhuma melhora considerável foi conquistada (RODRIK, 2004).

Em alguns casos as medidas até funcionaram no curto prazo, porém, não se sustentaram por muito tempo. McKinnon (1991) argumenta que as reformas, aliadas ao processo de abertura, se não seguissem alguns parâmetros teriam como resultado o superendividamento externo e a valorização cambial. Também argumentava que para o sucesso das medidas, uma condição macroeconômica favorável antecessora aos processos seria fundamental. Porém, o que se viu na maioria dos países do continente sul-americano, especialmente no Brasil, foi uma abertura econômica consideravelmente rápida, e sem os fatores vistos como importantes para a consolidação do crescimento econômico como uma conjuntura macroeconômica favorável.

Acima de tudo, as consequências dos receituários liberais impactaram no crescimento econômico das economias sul-americanas. O fenômeno liberal resultou em uma série de consequências, como as alterações estruturais na esfera produtiva e financeira das economias nacionais. Tendo em vista que as economias sul-americanas não tinham completado seus

projetos desenvolvimentistas, fundamentados especialmente nos projetos de industrialização, as circunstâncias inerentes à introdução dos ideais liberais influenciaram na intensificação das disparidades sociais, econômicas e políticas em determinadas regiões (GONÇALVES e SCHIMIDT, 2008).

5.2 Políticas nacionais e o capitalismo autônomo asiático

Conforme o que foi observado anteriormente, tanto o Cone Sul quanto os Tigres Asiáticos apresentavam fatores semelhantes nas fases iniciais dos projetos desenvolvimentistas, como o endividamento externo, termos de troca e a participação estatal na economia. Porém, um quarto fator, teria sido a responsável pelas diferenças entre o sucesso asiático e pelo fracasso latino-americano. Sachs (1985) argumentou que as escolhas referentes aos regimes de comércio e a administração cambial foram fundamentais na diferenciação de conjunturas entre as regiões. Observando a predisposição das economias sul-americanas a fundamentarem suas políticas nas premissas neoliberais, encontra-se bases para esse argumento.

Defende-se que ocorreu uma diferença nos resultados baseada principalmente nas escolhas políticas, visto que os governos sul-americanos priorizaram a adoção de políticas globais, já os governos asiáticos procuraram compreender as características sociais e econômicas dos seus países para elaborarem políticas de acordo com os interesses dos seus Estados. A priorização dessas políticas pensadas no âmbito global e idealizadas pelas economias desenvolvidas, em detrimento das políticas domésticas, atuou como um obstáculo para o desenvolvimento, principalmente, dos países compreendidos dentro do continente sul-americano (SCHIMIDT, 2008).

No período compreendido entre 1950 e 1970, o Brasil, por exemplo, conduziu sua política econômica da forma que melhor fosse de encontro com suas necessidades e, mesmo em momentos nos quais priorizou o capital privado internacional, essa escolha partiu do governo nacional. Entretanto, a partir da década de 1980, atestou-se uma perda de autonomia do governo no que tange o estabelecimento de políticas econômicas, e a maneira como o país ingressou nos processos de inserção internacional baseou-se, majoritariamente, em medidas elaboradas externamente (RICARDO e SCHIMIDT, 2008).

A partir disso, observa-se que a ascensão de preceitos globais somente criou condições para a perpetuação de um sistema de dependência no qual as decisões políticas e econômicas perderam progressivamente a autonomia doméstica. Além disso, quando associado ao processo de globalização, as políticas domésticas passam a servir, majoritariamente, aos interesses dos

eixos centrais de decisão. Com isso, argumenta-se que os países sul-americanos perderam espaço na economia mundial por não conseguirem conduzir o seu próprio desenvolvimento de maneira ativa, ao contrário do que ocorreu nos países da Ásia (HIRANO e ESTENSSORO, 2006).

Uma evidência dessa conjuntura encontra-se no sistema de proteção social, fundamental para a mensuração do desenvolvimento regional frente ao crescimento econômico, o qual nos países sul-americanos apresentou caráter economicamente insuficiente e socialmente injusto. Aliado a intensificação das consequências da promoção dos ideais liberais e pela diminuição da presença estatal na formulação de políticas sociais, acabou ocasionando a criação de políticas sociais com caráter assistencialistas, privatizantes e descentralizadas. Economicamente, esses programas, em um primeiro momento, ocasionaram na diminuição provisória do empobrecimento, porém acabam consolidando e aprofundando a desigualdade social no médio prazo (HIRANO e ESTENSSORO, 2006).

Segundo Ianni (1998), as economias situadas na América Latina baseiam-se no capitalismo dependente, logo, as relações com os países centrais são pré-determinadas pelos processos econômicos e políticos que regem o centro do sistema capitalista mundial. A trajetória dos processos latino-americanos deixa evidente que as hipóteses de capitalismo nacional e capitalismo associado funcionaram na região. E, até certo ponto, resultou no modelo de capitalismo dependente na região, o qual as perspectivas políticas e econômicas foram influenciadas pelo eixo central que, no caso sul-americano, seria os Estados Unidos (HIRANO e ESTENSSORO, 2006).

As ideias defendidas por Stiglitz (1998) trouxeram à tona diversas perspectivas referentes a formulações de agendas econômicas globais em detrimento da formulação de políticas domésticas. Adelman (2000), por exemplo, reconhecendo a importância da análise histórica para a compreensão de processos econômicos, argumenta que as recomendações de políticas externas e as instituições universais possuem uma predisposição para falharem. Para o autor, os principais fatores determinantes do desenvolvimento dizem respeito ao capital social, que compreende a oferta de recursos humanos, o nível de coesão social e disposição de atuar visando o bem comum. Porém, aliado ao capital social, para o sucesso do processo, seria necessária a adoção de políticas apropriadas, sejam elas de cunho comercial, cambial e/ou monetário, assim como o fortalecimento das instituições (ADELMAN, 2000).

De acordo com o Relatório de Comércio e Desenvolvimento de 2003 da Unctad, os países em desenvolvimento podem ser classificados em quatro grupos: os de industrialização

madura, como Coréia e Taiwan, que já apresentam um grau elevado de industrialização, produtividade e renda per capita, porém possuem uma taxa de crescimento industrial em declínio; os de industrialização rápida como a China que, com políticas favoráveis as taxas de investimento doméstico e graduação tecnológica apresentam maior representatividade de manufaturas no produto, emprego e exportações; os de industrialização de enclave, como o México, que referente ao aumento da sua participação na exportação de manufaturados apresentam desempenho abaixo referente a investimentos, valor agregado e produtividade; e os em via de desindustrialização, grupo que abrange a maior parte dos países da América Latina (BELUZZO, 2004)

Nesse último grupo, o qual os países do Cone Sul estão inseridos, estão as economias que expressaram certo grau de avanço industrial, porém, não sustentaram um processo com a dinamização necessária de mudança estrutural frente a rápida acumulação de capital e crescimento do PIB. Em um ambiente de liberalização financeira e comercial, tiveram participação do emprego e produção manufatureira declinantes, assim como uma degradação da posição tecnológica (BELUZZO, 2004).

Conforme descreve Belluzzo (2004), a globalização gerou duas regiões: as regiões “*trade account regions*”, que abrangem os países da Ásia, cuja inserção internacional ocorreu pelo comércio e pela atração do investimento direto destinado aos setores afetados pelo comércio internacional e que apresentaram grandes superávits comerciais e rápida acumulação de reservas em moeda forte. E as “*capital account regions*”, que buscaram a integração via abertura da conta de capitais, onde estão os países sul-americanos, sempre pressionados por relações arriscadas entre o serviço da dívida externa e as exportações, apresentando proporções desproporcionais entre as reservas e dívida externa de curto prazo.

Do ponto de vista econômico, a integração por meio do comércio e atração do investimento direto, aliada a políticas de proteção da taxa de câmbio, mediante intervenções e controles sobre a conta de capital, foram cruciais para o sucesso do modelo asiático de desenvolvimento. Em contrapartida, conforme aponta Belluzzo (2004), a principal razão do fracasso das políticas adotadas pelas economias sul-americanas no decorrer das décadas de 1980 e 1990, por exemplo, foi a incompreensão das armadilhas apresentadas na abertura financeira. A partir disso, a economia foi baseada em uma estrutura sem instrumentos de governança, sem liberdade de utilizar instrumentos fiscais e monetários compatíveis com o crescimento e sem capacidade de engendrar estratégias de longo prazo.

Essa conjuntura, mais uma vez, evidenciou que para a reforma econômica e social das economias compreendidas no Cone Sul seria necessária a atuação estatal. Tendo em vista que o projeto capitalista em questão, autônomo e associado, não vingou na região, uma alternativa para tentar superar o capitalismo dependente estaria na promoção do capitalismo desenvolvimentista de Estado, prezando por um sistema de oportunidades sociais, tal como o observado nas economias do Leste Asiático. Conforme apontam Hirano e Estenssoro (2006) os “nexo lucro-investimento” e “nexo exportação-investimento” fundamentaram todo o planejamento dos países que compõem os Tigres Asiáticos, mas além de tudo, as economias asiáticas contaram com inúmeros incentivos oportunizados pelo Estado para o fomento de investimentos, essenciais para a concretização do plano de desenvolvimento.

Hirano e Estenssoro (2006) ainda apontam que o desenvolvimento das economias em questão teve como determinante o estabelecimento das indústrias tradicionais com mão de obra barata e sem treinamento. Em razão disso, o fato desses países terem, posteriormente, promovido investimentos relacionados ao estabelecimento do capital doméstico e de indústrias de bens intermediários é bastante expressivo, visto que tinham o desenvolvimento tecnológico como fim. Essa situação novamente evidencia a importância da atuação do Estado na construção de capacidades tecnológica desenvolvida seja em âmbito nacional, industrial ou empresarial que são estabelecidas por meio de políticas orientadas para a P&D domésticas. Também foi perceptível uma integração econômica internacional promovida de maneira progressiva, tendo em vista o caráter estratégico, seguindo as necessidades dos setores chaves e abrangendo não só o comércio, mas também a transferência de tecnologias.

Destaca-se ainda que a administração bem-sucedida das economias dos tigres fundamentou-se diretamente em uma rede de instituições governamentais, compreendendo o âmbito privado, idealizado por uma estratégia de desenvolvimento que compreende uma administração pública meritocrática e ligações benéficas com a classe empresarial. Por isso, naquela região, o processo resultou no estabelecimento de uma burguesia empresarial local e com negócios diversificados. A partir disso, é possível observar como as ligações institucionais dessas corporações com o sistema financeiro doméstico possibilitaram a socialização dos riscos, neste caso, por meio dos empréstimos bancários (HIRANO, ESTENSSORO, 2006).

Gonçalves e Schimidt (2008) também argumentam que o processo de desenvolvimento dos países que integram os Tigres Asiáticos estruturou-se por uma estratégia de integração internacional baseada no rápido crescimento e na eficiente alocação de recursos, sob controle e supervisão do Estado. Os modelos de acumulação de capital adotados, aliado à rápida

industrialização na região, de maneira conjunta contribuíram para o sucesso asiático desenvolvimentista regional. Os fatores que evidenciam esse processo são a ocorrência simultânea da melhoria nas condições de vida, aumento da produtividade e investimento em infraestrutura, educação e pesquisa e desenvolvimento (P&D).

Indicativos destes fatores podem ser observados na análise dos dados de PIB per capita das economias da região, especialmente se compararmos com os dados das economias desenvolvidas. Conforme dados do Fundo Monetário Internacional (2021), em 1980, a renda per capita dos Estados Unidos era de US\$ 12,7 mil, da União Europeia US\$ 9,1 mil, Singapura de US\$ 9,4 mil, Hong Kong de US\$ 7,1 mil, Taiwan de US\$ 3,4 mil e da Coreia do Sul de somente US\$ 2,1 mil. Enquanto nas duas economias mais expressivas do Cone Sul, Brasil e Argentina, esses valores eram de US\$ 4,8 mil para o Brasil e US\$ 6,1 para a Argentina (FMI, 2021).

Entretanto, a análise do mesmo indicador nas décadas posteriores, aponta que essa situação mudou drasticamente. As quatro economias dos Tigres Asiáticos apresentaram um crescimento constante do poder de compra evidenciando que o crescimento econômico se deu junto a melhoria nas condições de vida da sua população. Praticamente 40 anos mais tarde, em 2020, de acordo com o Fundo Monetário Internacional (2021), só em Singapura a renda per capita atingiu US\$ 98,5 mil e em Hong Kong US\$ 59,6 mil, evidenciando que só esses dois países apresentaram índices que ultrapassaram a renda dos Estados Unidos (US \$66,6 mil) e da União Europeia (US \$46,5 mil). As economias de Taiwan e Coreia do Sul, apesar de apresentarem indicadores um pouco menos expressivos, evidenciaram valor significativos de crescimento. Taiwan apresentou um PIB per capita (ppp) de US \$55,8 mil e a Coreia do Sul US \$44,7 mil (FMI, 2021).

Em contrapartida, as economias sul-americanas, que apresentavam valores superiores até a década de 1980, passaram a apresentar resultados significativamente inferiores. Nos anos posteriores, tanto o Brasil, quanto a Argentina apresentaram índices que evidenciaram que o poder de compra não acompanhou o crescimento econômico, assim como, abrem margem para o entendimento de que, de fato, ocorreu a estagnação a partir deste período. Tal fator contribuiu para o argumento de que as medidas adotadas não foram satisfatoriamente boas no que tange ao desenvolvimento econômico, especialmente a partir do período em questão.

A partir disso, constatou-se que, entre 1980 e 2020, a renda per capita (ppp) se multiplicou cerca de 20 vezes na Coreia do Sul, 16,3 em Taiwan, 12 vezes em Singapura e 10,4 em Hong Kong. Conjuntamente, as quatro economias asiáticas tiveram um aumento médio de

17,2 vezes na sua renda per capita. Para âmbitos de análise, as economias desenvolvidas como os Estados Unidos aumentaram somente 5,3 vezes seus índices, assim como, a União Europeia que expressou um aumento de 5,1. Em contrapartida, destaca-se que o pior desempenho foi o das economias compreendidas na América Latina e Caribe que, que compreendem as economias do Cone Sul, que apesar do ténue desempenho na década de 80, apresentou um crescimento de somente 3,8 vezes no período em questão (FMI, 2021).

Tabela 2 - PIB per capita (paridade de poder de compra em dólares)

	1980	1990	2000	2010	2020
Argentina	6.173	7.095	11.633	18.064	20.759
Brasil	4.812	6.836	9.104	14.361	14.890
Hong Kong	7.131	18.099	28.026	48.996	59.656
Coréia do Sul	2.169	7.545	16.787	30.988	44.750
Singapura	9.478	23.809	43.783	75.303	98.512
Taiwan	3.446	9.999	21.461	38.404	55.856

Fonte: FMI (2021)

Os indicadores observados na tabela acima evidenciam os resultados favoráveis da adoção de políticas devidamente estruturadas domesticamente. Um dos fatores centrais no sucesso dos casos asiáticos, está na construção de uma rede de instituições governamentais fundamentadas no planejamento da estratégia de desenvolvimento. Conforme aponta Estevão (2004), constituiu-se uma administração pública competente e ligações com a classe empresarial.

Dentro disso, o processo de desenvolvimento asiático se desdobrou na organização de uma burguesia empresarial local e diversificada, com ligações institucionais com o setor financeiro, permitindo a divisão de riscos via empréstimos bancários, e resultando em um ambiente favorável aos investimentos. Além disso, um fator que sempre levantou preocupação para os governos asiáticos foi o desenvolvimento da capacidade tecnológica nacional, o que posteriormente, representou bastante sucesso para essas economias, visto que com o passar do tempo os indicadores de exportação dos países passaram a evidenciar a exportação de bens com perfil tecnológico elevado. Essa situação evidencia, mais uma vez, a importância da participação estatal (ALVES, 2004).

É interessante perceber que, conforme apontado por Alves (2004), apesar do sucesso perceptível atualmente em relação aos Tigres Asiáticos, o modelo sofreu duras críticas por parte

dos teóricos da dependência e pela esquerda latino-americana no início da década de 80. As críticas apontavam que o modelo adotado pelos países asiáticos limitava a ideia de que a região serviria somente como uma plataforma de exportação para as multinacionais ocidentais. Ademais, os críticos salientavam que as indústrias viam a região como favorável aos seus investimentos em razão do excesso de mão de obra barata, logo, a superexploração desse fator condenaria a região ao atraso e subdesenvolvimento.

Entretanto, a realidade evidenciou que a região ultrapassou os países subdesenvolvidos, mesmo tendo um passado semelhante frente a condição periférica no pós Segunda Guerra, assim como apresentaram resultados mais satisfatórios do que grande parte dos países desenvolvidos. Afunilando essa percepção, é possível afirmar que os críticos passaram longe de compreender o que acontecia no Leste Asiático, tendo em vista que os países latino-americanos ficaram evidentemente atrasados se compararmos com os resultados obtidos pelos asiáticos no que tange aspectos econômicos, demográficos, sociais, seguranças e, até mesmo, soberania nacional (ALVES, 2004).

Diversos autores apontam sobre as potencialidades da estratégia priorizada pelos NPIs e os equívocos do modelo de “substituição de importações”. O economista Fajnzylber (1981) foi um dos principais autores a defender as vantagens dos processos adotados pelas economias dos Tigres. John Page (1994) e André Nassif (2005) também desenvolveram argumentos que foram além das análises latino-americanas que defendiam, até certo ponto, o modelo de “substituição de importações”.

Observando os países asiáticos, é possível observar que, apesar de seguirem os preceitos e políticas recomendados pelos países desenvolvidos, o Estado manteve sua atuação como o principal agente econômico no processo de desenvolvimento e inserção dessas economias nos processos de internacionalização. De maneira discrepante, nas economias inseridas no continente latino-americano, observou-se um comportamento que priorizava majoritariamente o mercado como agente regulador no processo de desenvolvimento. Dentro dessa lógica, Carneiro (2000) aponta que, o desenvolvimento na Ásia se desdobrou de maneira que o mercado é orientado aos interesses sociais por um Estado desenvolvimentista. Ou seja, o mercado atua consideravelmente, porém o Estado utiliza-o como meio para a obtenção dos seus interesses.

Conforme o observado, constata-se que as economias asiáticas se adaptaram mais organicamente às mudanças expressas pela integração internacional, o que se pode observar os resultados da abertura e comércio dessas economias. No que tange a indicadores sociais,

observa-se que na região asiática, à concentração de renda e combate à pobreza também expressam resultados muito superiores aos observados nos países do Cone Sul. Com isso, surgem indícios de que as estratégias que prezam pela atuação ativa do Estado apresentam melhores resultados.

6 ESTADO E DESENVOLVIMENTO

6.1 O paradoxo entre a adoção de políticas ortodoxas e heterodoxas

Conforme o observado, nem sempre a discrepância entre os indicadores econômicos dos países compreendidos no Cone Sul e Tigres Asiáticos existiu. Porém, durante todos os momentos no qual identificou-se o êxito no que tange o desenvolvimento, com os indicadores econômicos e sociais mais notáveis, observou-se um fator semelhante entre as regiões, a atuação ativa do Estado. A partir disso, argumenta-se que a atuação estatal por meio, especialmente, das escolhas políticas atuou como determinantes para estes desdobramentos.

De acordo com o observado no capítulo anterior, as ideias neoliberais transformadas em políticas, que foram defendidas por economistas na frente das principais instituições econômicas mundial fracassaram. Com isso, a falha das políticas com bases internacionais, fundamentadas na estabilização, liberalização e privatização, que prometiam primeiro gerar a estabilização, seguida do crescimento econômico, para então redistribuírem, levaram a diminuição na confiança referente a políticas elaboradas internacionalmente para produzir maiores índices de crescimento econômico.

Conforme o destacado por Rodrik (2004), o fato dessas políticas ortodoxas defendidas internacionalmente terem falhado é a principal evidência de que a tentativa de solução de problemas econômicos domésticos através da formulação de políticas no âmbito global não é eficaz. A partir disso, um dos principais indicativos que a aplicação das medidas neoliberais no continente sul-americano fracassou pode ser observado na análise do crescimento econômico na região na década de 1990, período posterior ao início da aplicação das reformas.

Tabela 3- Crescimento real do PIB

	1980	1990	2000	2010
Argentina	0,7	-1,3	-0,8	10,1
Brasil	9,2	-4,2	4,4	7,5
Hong Kong	10,3	3,8	7,7	6,8
Coréia do Sul	-1,6	9,9	9,1	6,8

Singapura	10,1	9,8	9	14,5
Taiwan	8	5,5	6,3	10,2

Fonte: FMI (2021)

Conforme a tabela acima, é possível observar que somente as economias localizadas na região compreendida no Cone Sul apresentaram um crescimento econômico negativo após a década de 1980. Além disso, observa-se a diferenciação no crescimento entre os valores máximos e mínimos evidenciados. Com isso, o receituário ortodoxo liberal, apesar de ter sido implementado com a promessa de gerar um amplo crescimento econômico, teve como consequência resultados muito inferiores ao desempenho econômico no período na qual o Estado nacional estava à frente da formulação das orientações econômicas domésticas em prol do desenvolvimento interno. (RODRIK, 2004).

Referente as políticas heterodoxas e ortodoxas promovidas globalmente, Rodrik (2004) elucida que em nem todos os casos de bons desempenhos econômicos evidenciaram o estabelecimento de políticas econômicas baseadas em premissas ortodoxas. Em mais de um caso de economias que cresceram economicamente nos últimos 20 anos, notou-se que, mesmo com a abertura para o mercado internacional, adotaram-se planos governamentais com políticas configuradas para as características nacionais, divergindo das políticas que nas últimas duas décadas do século XX eram defendidas como solução pelos organismos internacionais.

No caso do crescimento econômico das economias que compõem os Tigres Asiáticos - Hong Kong, Coreia do Sul, Singapura e Taiwan – por exemplo, observou-se este padrão. Por mais que cada país tenha apresentado particularidades em seus processos, foram identificados a utilização de instrumentos políticos e econômicos similares na criação das políticas industriais e, conseqüentemente desenvolvimentistas. A partir disso, por mais que existisse uma orientação para o mercado, os processos de crescimento econômico e desenvolvimento tiveram bases, majoritariamente em medidas heterodoxas.

Dentre os Tigres Asiáticos, Hong Kong foi o que mais apresentou características com viés orientado para a ortodoxia econômica. Lall (2000) aponta que o país foi o único a manter suas políticas microeconômicas domésticas próximas às premissas liberais e uma política comercial orientada ao livre comércio. Já Singapura combinou a promoção do livre mercado, porém combinado a uma ampla política industrial, com ênfase no setor manufatureiro.

Em contrapartida, a Coreia do Sul e Taiwan apresentaram processos que divergiram dos propósitos exclusivamente liberais, apresentando dinâmicas fundamentadas na proteção comercial, políticas industriais e na utilização de instituições voltadas para a governança

corporativa, finanças e meios regulatórios. Evidentemente o sucesso dessas economias não se deu unicamente em razão da adoção da heterodoxia, porém a compreensão de que essas ideias podem evidenciar o sucesso de estratégias de crescimento bem-sucedidas é extremamente necessário. (RODRIK, 2004)

Em Taiwan, conforme argumenta Wade (1990), a atuação governamental foi crucial para o planejamento e coordenação da transição da etapa que marcou a promoção das indústrias tradicionais, marcadas pelo trabalho intensivo, para a criação de indústrias intensivas em capital e tecnologia. Esse processo foi possibilitado, predominantemente, pela implementação de políticas industriais resultando na criação de vantagens comparativas, e propiciando mudanças no padrão de comércio exterior do país.

Utilizando esse caso para a comparação com a situação sul-americana, é possível identificar que um fator primordial é o fato de que as estratégias de substituição de importações utilizadas em Taiwan foram rapidamente substituídas por mecanismos de caráter exportador. Essa situação se deu tanto pelo aumento e diversificação da pauta, pela incorporação de bens com maior tecnologia, ou pela conquista de novos mercados, identificando-se a forte atuação estatal (NASSIF, 2005).

De maneira semelhante, o processo de industrialização da Coreia do Sul evidencia a importância do planejamento Estado. Nassif (2005) aponta que a forma como este atuou no mercado aplicando altas tarifas, subsídios fiscais, créditos com taxas de juros negativas, assim como, políticas voltadas a minimizar discrepâncias no sistema de preços relativos foram essenciais para a promoção do desenvolvimento econômico nacional. Este caso em particular, junto ao taiwanês, é singular pois evidenciam o sucesso de políticas que foram promovidas amplamente na segunda metade da década de 1950 em algumas regiões do continente sul-americano, como foi o caso no Brasil, com o intuito de promover a industrialização no país, obtendo êxito quando da sua aplicação.

Muitos aspectos podem ser evidenciados como fatores de diferenciação da experiência vivida pelas duas regiões, porém pelo menos quatro pontos, conforme o destacado por Nassif (2005, p. 156) se destacam na experiência asiática, especialmente na sul-coreana, e não foram notórios nos países em desenvolvimento americanos: a) a determinação de disciplina nos setores privados, os quais recebem subsídios públicos; b) a priorização da educação, por meio de altos investimentos em todos os níveis de ensino, com o intuito de formar mão de obra qualificada no médio e longo prazo; c) a promoção de meios para formar técnicos voltados à indústria pesada, assim como, em setores da tecnologia; e d) o cuidado na compensação do alto

custo do protecionismo nas indústrias incipientes com o aumento e diversificação das exportações.

Em relação aos investimentos externos, na Coreia do Sul e em Taiwan estes influenciaram pouco na transformação da indústria e nos padrões de exportação. Entretanto, no caso de Singapura, o desenvolvimento da indústria foi conduzido principalmente pelas multinacionais instaladas no país. Porém, as políticas de atração de Investimentos Externos Diretos apresentaram um viés seletivo e seguidos por altos investimentos na criação de capacitação de mão de obra e desenvolvimento da infraestrutura.

Essa situação evidencia que, muito mais do que o objetivo de realizar a promoção do desenvolvimento econômico e social a longo prazo por meio da adoção de políticas industriais, somente a disseminação desses mecanismos não garante a eficácia da sua implementação. Conforme o apontado por Lall (2000) o segredo dos casos de sucesso está fundamentado especialmente na junção de políticas e a eficácia das suas execuções, que se materializa geralmente pela autonomia e planejamento do Estado.

Além disso, mesmo com altos níveis de proteção de mercado, existia a compensação através do estímulo ao aumento dos gastos em P&D, junto a estratégia agressiva de conquistar novos mercados por meio das exportações. Novamente, demonstra-se a importância da combinação da atuação do Estado, aliada ao incentivo e regulação do setor privado. O caso sul-coreano em particular demonstra como a atuação estatal não enfraquece o estímulo ao mercado. Pelo contrário, é de extrema importância no que tange à fortificação das instituições internas e mecanismos que propiciem o melhor desenvolvimento do mercado por meio da atuação de propiciar incentivos econômicos a setores-chaves, por exemplo (NASSIF, 2005).

Conforme o evidenciado nos casos observados, a estruturação de políticas econômicas não apresenta garantia de sucesso quando implementadas por meio de agendas políticas específicas elaboradas internacionalmente. De acordo com o observado nos casos sul-americano e dos tigres, questões como a estabilidade macroeconômica e a integração junto à economia mundial podem ser obtidas de mais de uma forma, não necessariamente fundamentada em receituários econômicos.

Rodrik (2004) argumenta que, apesar de não existir um modelo ideal para as economias em desenvolvimento assumirem, é possível que o modelo mais apropriado para garantir o desenvolvimento econômico frente a economia globalizada é um que combine eficientemente práticas de economia de mercado aliadas a intervenção do Estado. Seja de maneira seletiva, ou não, porém fundamentadas em argumentos teóricos contundentes e evidências empíricas

observadas no decorrer histórico. Partindo da ideia das evidências empíricas, é importante salientar, que, apesar das evidências do sucesso de determinadas regiões, não existem comprovações incontestáveis de um modelo único, seja baseado nos preceitos anglo-saxônicos ou asiáticos para serem priorizados para a obtenção do progresso econômico e social.

Sobretudo, a experiência dos países sul-americanos evidencia que as premissas internacionais por si só não seriam as responsáveis por impedir o desenvolvimento econômico dos países. Questões como a dificuldade histórica em estabelecer instituições fortes e de organizar as relações sociais, políticas e econômicas atuam como empecilhos ao processo de desenvolvimento. Além disso, em casos como o do Brasil, a elite nacional apresenta um histórico de se relacionar de maneira dependente com as grandes potências mundiais, com o intuito de garantir seus próprios proveitos. Logo, a expansão do processo globais facilitou o poder de articulação internacional, porém, não criou estruturas, somente acentuou uma interação que já existia previamente. Dentro dessa lógica, Bresser-Pereira (2011) aponta que:

Países asiáticos, como China e Índia, foram subdesenvolvidos enquanto eram parte de impérios industriais, mas quando obtiveram sua independência deixaram de ser subdesenvolvidos, porque seu povo e suas elites mostraram-se nacionalistas e passaram a adotar suas respectivas estratégias nacionais de desenvolvimento. Já os países da América Latina libertaram-se politicamente no início do século XIX, mas suas elites continuaram cronicamente dependentes, considerando-se "europeias", e, por isso, os países continuaram subdesenvolvidos [...] (BRESSER-PEREIRA, 2011, p. 158).

Conforme o exposto no fragmento acima, é possível apontar que uma das causas que contribuíram para os países na região sul-americana encontrarem dificuldades no seu processo de desenvolvimento foi a perpetuação das relações de dependência experienciada, mesmo após os processos de emancipação. O processo em questão foi conduzido majoritariamente pelas elites que, sem a presença forte de instituições nacionais, se articularam com os capitais internacionais de acordo com suas inclinações e sob os interesses das grandes potências (BRESSER-PEREIRA, 2011).

Conforme o observado, no pós Segunda Guerra, os esforços mundiais estavam voltados majoritariamente para a reconstrução dos países envolvidos no conflito e na descolonização dos continentes africano e asiático. No continente sul-americano, entretanto, evidenciou-se uma agenda voltada aos desafios do desenvolvimento, a superação dos atrasos econômicos e gargalos institucionais, assim como o progresso das sociedades e economias nacionais. Dentro disso, a reflexão acerca da natureza e do papel do Estado seguiu por esse mesmo caminho,

independente da corrente teórica (estruturalista, marxista, weberiana etc.), evidenciando um caráter hegemônico dos preceitos desenvolvimentistas (FIORI, 2020).

Décadas mais tarde, após os anos 1970, toda a região sul-americana foi submetida às imposições de uma agenda que defendia que as economias da região só iriam alcançar o desenvolvimento através de ajustes que se encaixassem nas ideias da denominada nova ordem financeira internacional. Nesse período, as correntes teóricas que defendiam o intervencionismo estatal passaram a sofrer críticas, enquanto emergiu a defesa de correntes econômicas que defendiam a privatização e a menor intervenção do Estado. Com isso, o neoliberalismo passou a predominar na região em detrimento da concepção de Estado desenvolvimentista na região (FIORI, 2020).

A partir disso, argumenta-se que as discussões acerca do desenvolvimentismo sul-americano, apesar da importância da temática, não se limitam unicamente a discussão entre ortodoxos e heterodoxos, sejam eles keynesianos, estruturalistas ou liberais. Isso porque todo o debate pauta-se no Estado e na eficácia, ou não, da intervenção deste na promoção do crescimento econômico. Com isso, enfatiza-se a definição do papel do Estado no processo de desenvolvimento, seja por meio da escolha de políticas ortodoxas, heterodoxas, ou na minimização dos impactos das consequências desses instrumentos.

6.2 Nacionalismo econômico e desenvolvimentismo

Conforme o constatado, na periferia mundial, o conceito de nacionalismo econômico tomou forma de desenvolvimentismo a partir da década de 1950. O termo começou a ser utilizado nos anos 60 no continente latino-americano para identificar o conjunto de políticas e estratégias econômicas que visavam a promoção da industrialização e/ou o desenvolvimento nacional (BRESSER-PEREIRA, 2018).

A partir disso, constatou-se que essa perspectiva foi basilar nos momentos de maior progresso vivenciados pelos países latino-americanos, especialmente o Brasil e o México, a partir dos anos 40, e nos países do Leste da Ásia como os Tigres Asiáticos, majoritariamente Coreia do Sul, Taiwan e Singapura, a partir dos anos 1960. Desta forma, argumenta-se que nessas regiões, durante o período em questão, o desenvolvimentismo conseguiu atuar na coordenação necessária para desempenhar o crescimento econômico.

Conforme o argumentado por Bresser-Pereira (2018), o nacional desenvolvimentismo apresenta um aspecto fundamental ao sucesso do processo de desenvolvimento, a formulação acordada de um projeto nacional de desenvolvimento. Nesse caso, a nação atua como o

principal agente do desenvolvimento econômico: o Estado como principal instrumento de articulação para alcançar esse objetivo e o mercado atuando como instrumento em segundo plano com os empresários atuando politicamente junto à tecnoburocracia pública.

Dessa forma, se estabelece o Estado desenvolvimentista, uma instituição que intervém moderadamente na economia, tendo como prioridade o desenvolvimento econômico por meio do investimento em setores não competitivos da economia, e que permite que o mercado coordene o setor competitivo. Em todos os aspectos, nota-se a necessidade do nacionalismo econômico como principal fator na realização dos meios de superação das mazelas referentes ao subdesenvolvimento

Conforme o constatado, as críticas voltadas ao desenvolvimentismo e, especialmente ao nacionalismo econômico, estavam compreendidas na nova hegemonia financeiro-rentista que passou a se manifestar a partir da década de 1980, fundamentada na teoria econômica neoclássica ou ortodoxia liberal. Bresser-Pereira (2018), aponta que existia um fundamento na lógica neoliberal pelo fato de que desde 1979, com o segundo choque do petróleo, algumas economias, especialmente na América Latina não passaram pelo devido ajustamento macroeconômico necessário, priorizando um keynesianismo mal planejado. Porém, apesar das críticas neoliberais, as ideias voltadas ao desenvolvimento continuaram se desenvolvendo e foram objeto de análise em determinadas regiões também compreendidas em outras regiões em desenvolvimento.

Tendo em vista que os países podem ser classificados de acordo com o grau de industrialização pela qual passaram, assim como, se enfrentaram "imperialismos modernos" dos países que se industrializaram em um primeiro momento para então se industrializar, podem ser classificados como "centrais" ou "periféricos". Dentro disso, os países centrais também podem ser divididos entre os países de desenvolvimento "original", como Inglaterra e França, e "retardatários", como Estados Unidos e Alemanha, que hoje são considerados ricos. Da mesma forma, os países periféricos são divididos entre "independentes", os quais conseguiram atingir a plena autonomia e os com caráter "nacional-dependente" (BRESSER-PEREIRA, 2018).

Apesar de a denominação de periferia compreender no todo os países que apresentaram durante o seu histórico a necessidade de enfrentar o poder dos países centrais, os países periféricos "independentes" representam aqueles que passaram por um processo bem-sucedido, como a Coreia do Sul, hoje com bons índices de riqueza, e países como a China e a Índia, que, apesar de serem países de renda média, cresceram em um ritmo acelerado. Já a classificação

nacional-dependentes, inclui países como o Brasil e a Argentina, os quais as elites variam entre ora nacionalistas, ora dependentes. Apesar de em todas as classificações o nacionalismo ter apresentado caráter fundamental para o desenvolvimento, há indícios de que o fato de a denominação “nacional-dependente” ter apresentado pouco sucesso está, em partes, na contradição expressa pelas elites nacionais, visto que o projeto nacional de desenvolvimento exige a coalizão de classes nacionalistas e desenvolvimentistas para obter sucesso.

Assim como os países de desenvolvimento “original”, que se desenvolveram por meio do desenvolvimentismo do Estado mercantilista, os países retardatários também apresentaram processos de industrialização pautados nos ideais desenvolvimentistas. Da mesma forma, os países periféricos, nos casos do Brasil, México e China, estabeleceram seu processo de industrialização sob bases desenvolvimentistas. Porém, mesmo os três sendo países de renda média, enquanto a China priorizou o desenvolvimentismo e continuou progredindo economicamente, o Brasil e o México optaram pelo liberalismo econômico no decorrer da década de 80, orientando suas políticas econômicas antes desenvolvimentista para o viés liberal (BRESSER-PEREIRA, 2018).

Partindo da percepção de que o nacionalismo, atrelado diretamente ao nacionalismo, tem como conceito antônimos a dependência e subordinação, os países que partem da classificação de dependência podem ser compreendidos como incapazes de se organizarem e realizarem a manutenção da ideia de nação, desenvolvendo uma burguesia nacional coerente e uma burocracia pública também voltada para dentro do Estado, com o intuito de estabelecer uma estratégia desenvolvimentista com possibilidades de concretizar uma indústria forte.

Conforme o apontado por Bresser-Pereira (2018), os países em desenvolvimento, com exceção das economias do Leste da Ásia, são dependentes porque:

“a) não compreendem ou ignoram o conflito de interesses com os países desenvolvidos; b) julgam que necessitam do capital, ignorando que o capital surge domesticamente e que a entrada de capital estrangeiro aprecia o câmbio e aumentam a substituição da poupança interna pela externa; c) promovem nas suas universidades teorias econômicas liberais; e d) julgam que suas percepções são melhores porque são mais “competentes”, caracterizando uma elite não só dependente, como contrária ao nacional” (Bresser-Pereira, 2018, p. 865).

Para Bresser-Pereira (2018), o estado-nação seria inerentemente desenvolvimentista, visto que no panorama da globalização compete com outros pelo maior crescimento econômico e melhores qualidades de vida. Entretanto, nesta competição desigual, os países em desenvolvimento passam por dificuldades apresentadas pelo poder econômico, militar e, em alguns casos, ideológico dos países desenvolvidos ocidentais, que desde a década de 80 seguem

o caráter financeiro-rentista que preza pelo liberalismo econômico como a melhor forma de capitalismo e tenta promover esse ideal para todos os países.

A dependência das elites latino-americanas, entretanto, não é absoluta, visto que as elites são nacionais-dependentes. Porém, vivem em contradição tendo seus processos marcados ora por nacionalistas, ora convenientes com a subordinação aos países desenvolvidos do Ocidente. A partir disso, é perceptível que quando uma elite colonial apresenta como característica a dependência e subordinação, as probabilidades de o país se desenvolver é muito pequena. Esse cenário pode ser observado nos casos estudados no trabalho, visto que apesar de terem aceitado determinados processos os países do Leste Asiático se mantiveram coerentes com os seus ideais nacionais, priorizando um modelo de capitalismo mais autônomo.

Nos casos sul-americanos, como na experiência brasileira, as elites econômicas e políticas conseguiram atuar com autonomia nos anos 1930, 1940 e posteriormente na década de 1970, o que refletiu na obtenção de certo desenvolvimento, possibilitados por estratégias nacionais de industrialização e instrumentos políticos eficazes. Posteriormente, ao perderem tal autonomia, e frente a crise da dívida externa dos anos 1980 e as pressões do capitalismo financeiro rentista, abriram sua economia de maneira indiscriminada nos anos 1990, passando a experienciar taxas de crescimento muito inferiores do que nas décadas passadas. A partir disso, é possível observar como a autonomia nacional, fundamentada na atuação de um Estado dominante, influenciaram na obtenção do desenvolvimento.

6.3 O papel do Estado no desenvolvimento

Considerando a influência externa nestes processos, constata-se que uma das principais controvérsias referente a promoção das políticas neoliberais pelos países desenvolvidos é, conforme o argumentado por Ha-Joon Chang (2002), que essas economias jamais teriam se desenvolvido se tivessem adotado as políticas que recomendaram para os países em desenvolvimento. Isso porque os processos de desenvolvimento dos países do centro mundial foram acompanhados da formação dos seus Estados nacionais, logo, foram marcados fortemente pela atuação do Estado e os seus instrumentos de regulação econômica.

Por meio da análise histórica da economia, especialmente pela análise dos trabalhos de Friedrich List (1841), surgiram as bases argumentativas para a ideia de indústria nascente. A lógica em questão defende que os países menos desenvolvidos não seriam capazes de desenvolver suas matrizes industriais sem a intervenção do Estado. Após o fim da Segunda Guerra Mundial, quando a agenda internacional passou a considerar o desenvolvimento dos

países pós-coloniais, esta abordagem econômica voltou a ganhar relevância. Conforme observado nos capítulos anteriores, foi nesse período que surgiram as teorias de “estágio” de desenvolvimento econômico, fundamentadas na análise dos processos de industrialização dos países desenvolvidos, com o intuito de salientar aos países em desenvolvimento as lições históricas que o processo vivenciado pelos países desenvolvidos poderia indicar.

Posteriormente, essas concepções desenvolvimentistas, que reconhecem a importância da abordagem histórica para a economia, perderam espaço para a predominância dos ideais neoliberais que desconsideram esses aspectos. Isso pode ser observado na ideia de que a literatura do desenvolvimento apresenta proposições fundamentadas teoricamente como as evidências empíricas do seu sucesso na experiência do Leste Asiático nos trabalhos que desenvolvem acerca do Estado desenvolvimentista, por exemplo (CHANG, 2002).

A importância da abordagem histórica da economia se encontra no fato de que a ausência de análise de como ocorreram os desenvolvimentos das economias desenvolvidas levam a crer que o livre-comércio e as políticas industriais fundamentadas no *laissez-faire* apresentam mais relevância do que tiveram no desenvolvimento econômico dos países ricos. Nos casos analisados, foi possível observar que o não reconhecimento de que esses fatores não apresentam resultados satisfatórios levaram a uma série de consequências que passaram a ser intensificadas frente ao histórico de intervencionismo dos países centrais nos países periféricos. Conforme o observado anteriormente, em diversos momentos prevaleceram teorias “equivocadas” como as exigências políticas da agenda internacional, por exemplo, que defendiam a atuação nacional para agradar grupos de interesse.

A ascensão do neoliberalismo entre as economias em desenvolvimento ocorreu em detrimento das políticas que contavam com a maior atuação do Estado. Entretanto, controversamente, o crescimento econômico entre os países em desenvolvimento, com exceção do Leste e Sudeste Asiático, passou a apresentar resultados menores do que em décadas anteriores, na qual eram utilizadas as políticas e instrumentos criticados pelos neoliberais. Com exceção dos países do Leste e Sudeste Asiático, que priorizaram políticas de abertura, porém, com a participação da regulação do Estado, a maioria dos países em desenvolvimento priorizou as políticas de reforma neoliberal, conforme o observado nos capítulos anteriores (CHANG, 2002).

Aliado a isso, Ha-Joon Chang (2002) aponta que, paradoxalmente, os principais defensores da agenda neoliberal, Grã-Bretanha e Estados Unidos, durante seus desenvolvimentos nacionais, aplicaram políticas majoritariamente opostas à ortodoxia que foi

defendida por eles como solução aos países em desenvolvimento. Indo além, aponta que praticamente todas as economias desenvolvidas utilizaram políticas industriais, comerciais e tecnológicas fundamentadas na intervenção estatal, por isso, adquiriram sucesso no que tange o desenvolvimento econômico.

Os Estados Unidos, por exemplo, quando da sua formação, priorizava a proteção da indústria nascente, o que pode ser visto sob a ótica de proteção da indústria nacional e no investimento em infraestrutura. Somente no período compreendido no pós Segunda Guerra Mundial, após a consolidação da sua indústria, que optaram pela liberalização do comércio, passando a prezar pela promoção dessas ideias internacionalmente (CHANG, 2002).

Como pode ser observado na trajetória das economias dos Tigres Asiáticos, estas também, com exceção de Hong Kong, tiveram seu sucesso associado à implementação de políticas industriais, comerciais e tecnológicas ativas e com a participação do Estado. Com isso, a observação da experiência asiática evidencia a semelhança entre as políticas adotadas com as implementadas anteriormente pelos países centrais, como a Grã-Bretanha no seu processo de formação no século XVIII e os Estados Unidos na formação da sua indústria em XIX. Sobretudo, evidencia-se que os Tigres Asiáticos não se limitaram a copiar as medidas adotadas anteriormente, mas aprimoraram estas equivalentes históricas (CHANG, 2002).

Muito além disso, frente a acentuação da globalização e importância da abertura econômica, os países do Leste Asiático passaram a coordenar os investimentos, de acordo com as diretrizes dos programas de investimentos implementados (Chang, 1994). Também foram estabelecidas a regulamentação das entradas, saídas, dos investimentos e da fixação de preço das empresas com o intuito de regular a concorrência (Amsden, 1994; Chang, 1994). Dois pontos-chaves no processo asiático se referem a forma como os países planejaram sua política industrial junto ao desenvolvimento da força de trabalho e capital humano e a maneira como se empenharam em aprimorar a capacidade tecnológica do país, por meio de subsídios e fornecimentos públicos.

É possível observar nos casos das economias dos Tigres Asiáticos que existiu um padrão consistente, no qual as economias utilizaram políticas industriais, comerciais e tecnológicas, não só a proteção tarifária, para a promoção do desenvolvimento econômico. A presença do Estado na formulação de políticas e regulação também é evidenciada na conduta dos países frente a passagem necessária para atividades de maior valor agregado, chaves ao processo de desenvolvimento, e que não aconteceram nas economias sul-americanas. Destaca-se que esse processo não ocorre sem o incentivo e promoção de um ator central, especialmente pelas

diferenças entre o retorno social e o individual nas atividades de alto valor agregado, ou indústrias nascentes, dependendo do caso.

Neste caso, a presença do Estado é observada como primordial no que tange a coletivização dos riscos relacionados ao desenvolvimento das indústrias. Os instrumentos políticos podem ser adaptados de acordo com as características de cada país, como as diferenças no atraso tecnológico, na posição que a economia se encontra internacionalmente, na disponibilidade de recursos etc. E o foco na promoção de políticas e instrumentos de regulação deve ir evoluindo com o tempo, compreendendo as mudanças no cenário doméstico e internacional. De acordo com o observado, especialmente no caso das economias dos Tigres Asiáticos, o sucesso é determinado mais pela formulação atenta dessas políticas e pela capacidade do Estado em implementá-las (CHANG, 2002).

Constata-se que, tanto a estrutura, quando as próprias críticas do argumento que visa a menor intervenção do Estado não apresenta bases sólidas para se sustentar. Mesmo que os países desenvolvidos argumentam que as políticas que utilizaram no passado não fazem sentido nos últimos anos devido a mudança nas estruturas globais, não existem evidências disso. Especialmente pelo fato de que o crescimento econômico pouco expressivo verificado nos países em desenvolvimento que adotaram as práticas evidencia que essa linha de argumentação não se sustenta (CHANG, 2002).

A partir disso, é possível observar que as reformas políticas neoliberais se mostraram incapazes de proporcionar a sua promessa de crescimento econômico. Quando passou a ser incentivada no âmbito global, as reformas eram argumentadas como sendo passíveis de proporcionar um crescimento muito mais rápido e efetivo do que nos períodos posteriores ao pós-guerra, marcado por políticas com caráter mais intervencionistas, mesmo considerando a possibilidade de no curto prazo gerar uma parcela de desigualdade. Entretanto, conforme os dados das últimas décadas, somente a acentuação das desigualdades se manifestou.

Nas economias latino-americanas, por exemplo, entre 1960 e 1980, o PIB per capita cresceu 2,8% ao ano, entretanto, entre 1980 e 1998, passou a apresentar um crescimento de 0,3% ao ano. Todos esses fatores evidenciam a contradição entre o argumento defendido pela agenda neoliberal de que o intervencionismo seria menos eficiente do que a liberalização. Isso porque todos os indícios levam a crer que os países em desenvolvimento cresceram mais rapidamente nos períodos em que o Estado atuou mais fortemente. Somado a isso, a única região que conseguiu alcançar taxas de crescimento mais significativas após a década de 1980

foram os países do Leste Asiático, compreendendo as economias dos Tigres, e os do Sul da Ásia, representados majoritariamente pela China e Índia (CHANG, 2002).

A abordagem das políticas de desenvolvimento no âmbito internacional deveria seguir abordagens diferentes do que se foi proposto até então pelos países desenvolvidos e pela ordem internacional. Antes de tudo, além de se definir, conforme o observado em Bresser-Pereira (2018) delimitações para que os receituários fossem resumidos a conselhos e não receituários seria fundamental. Somado a isso, a condicionalidade associada à ajuda financeira fornecida pelo Fundo Monetário Internacional e Banco Mundial, assim como, ajuda dos países desenvolvidos deveria ser limitada. Isso, especialmente pelo fato de que políticas observadas por estes como danosas não apresentam comprovações de serem prejudiciais. E, não deveria se priorizar modelos determinados como “melhores” a qual todos os países deveriam aderir.

Muito além de propor medidas universais, é preciso compreender o estágio o qual se encontra a economia em questão, assim como quais são as suas necessidades. Com isso, seria preciso possibilitar que as economias em desenvolvimento definissem, internamente, quais políticas e instituições melhores se encaixam com a sua realidade e estão mais próximas do seu estágio de desenvolvimento.

7 CONCLUSÃO

No decorrer deste trabalho, objetivou-se apresentar argumentos que visassem a elucidação de como a inserção econômica nos processos globais influenciou os processos de desenvolvimento dos países que compõem os Tigres Asiáticos e o Cone Sul. Procurou-se analisar de que maneira essas economias que se caracterizavam pela condição de periféricas, e apresentavam indicadores econômicos semelhantes, passaram a manifestar padrões distintos de desenvolvimento a partir da década de 1970.

A partir disso, verificou-se a existência de dois padrões de comportamento e condução econômica desde a década de 1960 que influenciaram nessa diferenciação regional. Frente ao processo de reconfiguração proporcionado pelo aprofundamento dos processos de globalização, as economias que compõem os Tigres Asiáticos se destacaram devido a sua inserção na conjuntura internacional de maneira mais autônoma. As economias compreendidas no Cone Sul, entretanto, deram continuidade a padrões históricos de dependência, inserindo-se internacionalmente de maneira marcada pela dependência estrutural, especialmente a partir da década de 1980 quando passaram a priorizar as recomendações feitas pelos organismos internacionais, desconsiderando suas condições econômicas estruturais.

Observou-se que, frente a complexidade dos processos de inserção internacional, as economias asiáticas conseguiram se adaptar de maneira mais eficiente, desde um primeiro momento. Isso por meio de um modelo desenvolvimentista que, mesmo priorizando as exportações, compreendeu o planejamento necessário de transformação nas matrizes industriais. Assim como, pelo tratamento rigoroso dado aos investimentos, imprescindíveis para o processo desenvolvimentista. E, no âmbito social, por meio da implementação de políticas que visavam a geração de crescimento econômico junto a equidade social.

A partir disso, conclui-se as duas regiões se diferenciaram pela orientação dada à condução das políticas econômicas. O desempenho dos Tigres Asiáticos evidencia que estas economias demonstraram acertos políticos, evidenciados pelos crescimentos nacionais, assim como, padrões de acumulação e inserção internacional planejados de maneira a proporcionar autonomia e progresso econômico regional. Destaca-se que os principais pontos encontrados, responsáveis pela distinção entre os processos foram: a inserção diferenciada na economia mundial; as condições geopolíticas expressas pelas áreas de influência que estavam compreendidos; o tipo de financiamento internacional adotados; e, acima de tudo, a forma como

os Estados nacional trilharam os planos de desenvolvimento nacional e conduziram a continuidade a industrialização nacional.

Este último fator permitiu que as economias asiáticas implementassem um projeto desenvolvimentista mais autônomo e um projeto industrializante que criou autonomia e internalização do progresso técnico. Dessa forma, a partir da década de 1970, Hong Kong, Coreia do Sul, Singapura e Taiwan, já apresentavam matrizes industriais fundamentadas em plataformas modernas de exportação, um setor agrícola modernizado, uma indústria nacional dinâmica de bens de consumo duráveis de capital, em um processo que evidenciava tanto a substituição de importações quanto substituição de exportações, pela constituição de empresas nacionais exportadoras e grupos nacionais expressivos capazes de competir com as corporações multinacionais que já relevantes no mercado internacional.

Aliado a isso, conforme o observado no quinto capítulo, a partir da década de 1980, as economias sul-americanas passaram a enfrentar novos desafios. Além da complexa microeconômicas, que levaram a década a ser conhecida como a “década perdida”, o projeto desenvolvimentista passou a se aproximar das premissas neoliberais, intensificando as vulnerabilidades expressas pela globalização financeira e produtiva. Esses fatores fizeram com que as economias sul-americanas se distanciassem do planejamento de Estado-nação que prioriza a indústria como ator central no desenvolvimento nacional.

Dessa forma, foi possível constatar que, nos Tigres Asiáticos, a expansão do capitalismo se deu, majoritariamente, por meio da articulação dos Estados nacionais, propiciando a instauração de um modelo capitalista mais autônomo dos interesses dos centros econômicos globais. Em contrapartida, na região do Cone Sul, observou-se a perpetuação e continuidade das relações de dependência, no qual o capital internacional encontrou bases para se articular junto às classes dominantes nacionais, ocasionando a diminuição na atuação estatal e a consequente perpetuação das relações de dependência. Ambos os casos evidenciam a importância da participação estatal no estabelecimento de políticas, assim como, na condução de processos de inserção internacional menos dependentes e com caráter mais autônomo.

Com isso, foi possível observar que a vulnerabilidade nos processos de desenvolvimento das economias situadas no Cone Sul deve ser compreendida a partir da forma como, desde a década de 1960, os Estados nacionais conduziram a implementação dos seus processos de industrialização, assim como, de que forma conduziram sua inserção econômica internacional e responderam as agendas internacionais de orientações econômicas. Evidenciando que, assim como a forma que o Estado atuou para o êxito desenvolvimentista asiático, a forma como este

conduziu os processos domésticos nos países sul-americanos contribuíram para a dificuldade na superação de dificuldades socioeconômicas.

Cabe ressaltar que a análise apresentada neste trabalho se limita à análise abrangente das regiões para tentar compreender que fatores contribuíram na diferenciação econômica a partir da década de 1960. Evidentemente, ainda existem muitas lacunas a serem preenchidas no que tange a exploração da forma como as economias periféricas desenvolveram seus projetos de desenvolvimento fundamentados na industrialização e como conduziram sua inserção internacional, especialmente no que tange a maior ou menor presença da autonomia.

Aliado a isso, aponta-se que a análise da conjuntura internacional, especialmente a relevância dos movimentos que atuaram nas transformações da economia mundial foram feitas de maneira mais abrangente e breve, se atentando aos fatores mais relevantes para o desenvolvimento do trabalho. A partir desta perspectiva, acredita-se que a própria análise institucional mais profunda dos movimentos que marcaram as transformações econômicas na economia mundial e influenciaram as transformações nos padrões de acumulação global a partir do Consenso de Washington trariam pontos importantes para a compreensão da situação das economias periféricas.

Em relação às considerações de oportunidades de pesquisa futuras, acredita-se que a análise mais delimitada da situação específica de cada país compreendido nas regiões de análise permitiria uma melhor observação dos indicadores apontados, possibilitando a confirmação das conclusões obtidas. Assim como, a exploração da ascensão de movimentos econômicos liberais, compreendendo os ambientes macroeconômicos e geopolíticos, permitiriam dar continuidade a exploração de como a interação entre o internacional e o doméstico, sob a perspectiva econômica, apresenta mais conexões do que o reconhecido.

REFERÊNCIAS

- ADELMAN, I. **Fifty years of economic development: what have we learned?** Artigo apresentado na Conferência Anual sobre Desenvolvimento do Banco Mundial. Paris, 2000.
- ALVES, José Eustáquio Diniz. **O sucesso da estratégia de desenvolvimento dos Tigres Asiáticos.** in EcoDebate, ISSN 2446-9394, 27, jun. 2019. Disponível em: <<https://www.ecodebate.com.br/2019/02/27/o-sucesso-da-estrategia-de-desenvolvimento-dos-tigres-asiaticos-artigo-de-jose-eustaquio-diniz-alves/>>. Acesso em: 9 jul. 2021.
- BELLUZZO, L. G. **Dinheiro e as transfigurações da riqueza.** In: TAVARES, M. C.; FIORI, J. L. (Orgs.). Poder e dinheiro. Uma economia política da globalização. Petrópolis, RJ: Vozes, 1997.
- BELLUZZO, L. G. M **O declínio de Bretton Woods e a emergência dos mercados globalizados.** Economia & Sociedade, IE-Unicamp, n.4, junho, 1995. BELLUZZO, L. G. M. Ensaio sobre o capitalismo no século XX. Ed. Unesp. São Paulo, 2004
- BÖRZEL, Tanja A.; RISSE, Thomas (Ed.). **The Oxford handbook of comparative regionalism.** Oxford University Press, 2016.
- BRAGA, J. C. **Financeirização global: o padrão sistêmico de riqueza do capitalismo contemporâneo.** in: TAVARES, M. C.; FIORI, J. L. Poder e dinheiro: uma economia política da globalização. Petrópolis, RJ: Vozes, 1997
- BRAGA, José Carlos de Souza. "A Financeirização da Riqueza", Economia e sociedade, n.º. 2, Instituto de Economia da Unicamp, Campinas, 1993, pp. 25-57; citação da p. 26.
- BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos. **Nacionalismo econômico e desenvolvimentismo.** Economia e Sociedade, v. 27, p. 853-874, 2018. Sep-Dec 2018. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/1982-3533.2018v27n3art06>>. Acesso em: 07 nov. 2021.
- CANUTO, Otaviano. **Processos de industrialização tardia: o "paradigma" da Coreia do Sul.** 1991. [284] f. Tese (doutorado) - Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Economia, Campinas, SP. Disponível em: <<http://www.repositorio.unicamp.br/handle/REPOSIP/286006>>. Acesso em: 13 jul. 2018.
- CARDOSO, F. H.; FALETTO, E. **Dependência e desenvolvimento na América Latina: ensaio de interpretação sociológica.** Rio de Janeiro: Zahar, 1970.
- CARNEIRO, R. **Globalização financeira e inserção periférica.** Revista Economia e Sociedade. Campinas, n. 13, p. 57-92, dez. 1999.
- CARNEIRO, Ricardo de Medeiros. **Reformas liberais, estabilidade e estagnação: a economia brasileira na década de 90.** 2000. 148fl. Tese (livre-docência) - Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Economia, Campinas, SP. Disponível em: <<http://www.repositorio.unicamp.br/handle/REPOSIP/286003>>. Acesso em: 6 Mai. 2021.
- Centro de Gestão e Estudos Estratégicos (CGEE). **Padrões de desenvolvimento econômico (1950–2008): América Latina, Ásia e Rússia.** Brasília: Centro de Gestão e Estudos Estratégicos, 2013. Disponível em:

- <https://www.cgee.org.br/documents/10195/734063/PDE_V1_Web_08082014_17244.pdf/098f5af4-31be-4e46-a08d-a32c335facdc?version=1.2>. Acesso em: 5 mai. 2021.
- CHANG, H. J. Chutando a escada: **A estratégia do desenvolvimento em perspectiva histórica**. Ed. Unesp, São Paulo, 2003.
- CHESNAIS, F. “Mundialização Financeira e Vulnerabilidade Sistêmica”, em: Chesnais, F. (Coord.) *A Mundialização Financeira: gênese, custos e riscos*, São Paulo, Ed. Xamã. 1999.
- CHESNAIS, F. **A globalização e o curso do capitalismo de fim de século**. *Revista Economia e Sociedade*, Campinas, n. 5, p. 1-30, 1995.
- COMOLET, Emmanuel. Erik S. Reinert. **How Rich Countries Got Rich... and Why Poor Countries Stay Poor**. *Afrique contemporaine*, n. 3, p. 152-154, 2010.
- COUTINHO, L. **Notas sobre a natureza da globalização**. *Economia & Sociedade*. IE-Unicamp, n.4, junho, 1995.
- EICHEGREEN, Barry. **A globalização do capital**. São Paulo: Editora, v. 34, 2000.
- ESTÊVÃO, João. **Desenvolvimento econômico e mudança institucional: o papel do Estado**. 2004.
- EVANS, Peter B.; RUESCHEMEYER, Dietrich; SKOCPOL, Theda (Ed.). **Bringing the state back in**. Cambridge University Press, 1985.
- FAJNZYLBBER, F. (1977). "**Oligopólio, empresas transnacionais y estilos de desarrollo**". *El Trimestre Económico*, vol. 43(3), n. 171, jul-set, 1976, pp. 625-656.
- FAJNZYLBBER, F. **La industrialización trunca de América Latina**. México, DF: Nueva Imagen, 1983.
- FIORI, José Luís. **Estado e desenvolvimento na América Latina**. *Revista de economia contemporânea*, v. 24, 2020.
- FRANK, André Gunder; PACIOS, Elpidio; IZAGUIRRE, Inés. **Capitalismo y subdesarrollo en América Latina**. Editorial de ciencias sociales, 1970.
- FUNDO MONETÁRIO INTERNACIONAL (FMI). **Data Mapper: World Economic Outlook**. 2021. Disponível :<
https://www.imf.org/external/datamapper/NGDP_RPCH@WEO/OEMDC/ADVEC/WEOWORLD>. Acesso em: 05 nov. 2021.
- FURTADO, Celso. **Desenvolvimento e subdesenvolvimento**. En: *Cinquenta anos de pensamento na CEPAL-Rio de Janeiro*: Record/CEPAL, 2000-v. 1, p. 239-262, 2000.
- GALVÃO, O. J. A. **Globalização e mudanças na configuração espacial da economia mundial: uma visão panorâmica das últimas décadas**. *Revista de Economia Contemporânea*, Rio de Janeiro, 11(1): 61-97, jan./abr. 2007
- GONÇALVES, Janaína; FILHO, Ricardo Schimidt. **Desenvolvimento Econômico em diferentes perspectivas: América Latina e Ásia**. *Revista Economia & Tecnologia*. Paraná: [S.n.],

HIRANO, Sedi; ESTENSSORO, Luis. **Padrões de desenvolvimento e de oportunidade social na América Latina e no Leste Asiático.** Brazilian Journal of Latin American Studies, v. 5, n. 9, p. 105-146, 2006.

HOOGVELT, Ankie. **Globalisation and the Postcolonial World: The New Political Economy of Development.** Houndmills, Basingstoke, Hampshire RG21 6XS and London. 1997.

IANNI, O. **Estado e capitalismo.** São Paulo: Brasiliense, 1988.

IANNI, Octavio. **A internacionalização do Capital.** 53-73. In: Teorias da Globalização. 9ª Edição. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001. 228 p.

IANNI, Octavio. **As Economias Mundo.** 27-53. In: Teorias da Globalização. 9ª Edição. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001. 228 p.

IPEA (Instituto de Pesquisa e Economia Aplicada). **Inserção internacional brasileira: temas de política externa,** vol. 1 (3), cap. 3. Brasília: 2010.

LALL, Sanjaya. **Export performance, technological upgrading and foreign direct investment strategies in the Asian newly industrializing economies: with special reference to Singapur.** ECLAC, 2000.

LAMONT, Christopher. **Case Study Research in International Relations.** In: Research Methods in International Relations. SAGE Publications Ltd. 2015.

LIST, E. **The National System Political Economy.** London: Longmans, Green, and Company, 1885. (Tradução da edição original alemã publicada em 1841 por Sampson Lloyd).

MCKINNON, Ronald I. **Money and capital in economic development.** Brookings Institution Press, 2010.

MEDEIROS, Bruno Cesar Cassani. **A industrialização na periferia sul-asiática e brasileira até os anos 1970: das semelhanças às divergências.** Revista Iniciativa Econômica, v. 4, n. 1, 2018.

MEDEIROS, Carlos Aguiar. **A economia política da crise e da mudança estrutural na Ásia.** Economia e Sociedade, Campinas, (17): 33-54, dez. 2001. Campinas: Unicamp. Instituto de Economia, 26 a 28 de setembro de 2001.

MILANI, A. M. R. **Cuestiones para pensar o desenvolvimento no Brasil: especialización regresiva e tarifa exportadora no período 2003-2010.** Revista Galega de Economía, Universidade de Santiago de Compostela. Santiago de Compostela, España, vol. 22, n. 2, dez. 2013

MILANI, Ana Maria. **A dependência revisitada: a inserção internacional comparada entre América Latina e China na década de 2000-2010.** Cadernos do Desenvolvimento. Rio de Janeiro. (julho - dezembro de 2017). v. 12, n. 21, Rio de Janeiro, v. 12, n. 21, pp. 11-41, jul.-dez. 2017.

MORAIS, José Urbano Gomes de. **Financeirização E A Autonomia Das Decisões Econômicas Brasileiras Entre 1995 E 2018: Uma Análise Teórica Pós Keynesiana Em Economia Política Internacional.** 2020. Tese (Doutorado) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2020.

NASSIF, André. **Estratégias de desenvolvimento em países de industrialização retardatária: modelos teóricos, a experiência do Leste Asiático e lições para o Brasil.** 2005.

PINHEIRO, Armando Castelar. **Estratégias de desenvolvimento: América Latina vs. Leste Asiático.** Textos para discussão interna - Instituto de Pesquisa do IPEA. Rio de Janeiro. 1987. IPEA. 35, vi p. Dezembro, 1987.

RANK, A. G. **The development of underdevelopment.** In: RHODES. *Imperialism and underdevelopment: a reader.* Nova York: Monthly Review Press, 1970.

REICH, Simon. **WHAT IS GLOBALIZATION? Four Possible Answers.** Working Paper #261 – December 1998. Kellogg Institute. Rutgers, Newark. The State University of New Jersey. January, 1998.

RODRIK, Dani. **Rethinking growth policies in the developing world.** Lecture in development Economics delivered in October, v. 8, 2004.

ROSTOW, W. W. **Etapas do desenvolvimento econômico: um manifesto não comunista.** 6. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1978.

SACHS, J. **External debt and macroeconomic performance in Latin America and East Asia.** Brookings Papers on Economic Activity, Washington, n. 2, 523-573, 1985.

SALAMA, Pierre; VALIER, Jacques. **Pobrezas e desigualdades no 3º mundo.** São Paulo: Nobel, 1997.

SILVESTRE, José Maurício. **Globalização e Desindustrialização: o movimento internacional do capital e a crise da indústria brasileira na década de 1980.** 2016. Tese. Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Faculdade de Ciências Econômicas. PPG Estudos Estratégicos Internacionais. Porto Alegre, 2016.

STIGLITZ, J. **Some Lessons from the East Asian Miracle.** World Bank Research Observer, Aug. 1996.

STIGLITZ, Joseph; PIKE, Robert M. **Globalization and its Discontents.** Canadian Journal of Sociology, v. 29, n. 2, p. 321, 2004.

STRANGE, Susan. **International economics and international relations: a case of mutual neglect.** International Affairs (Royal Institute of International Affairs 1944-), 1970.

TEIXEIRA, Rodrigo Alves. **Desenvolvimento, dependência e dominância financeira: a economia brasileira e o capitalismo mundial.** São Paulo, 2007. 214 p. Tese (Doutorado) – Universidade de São Paulo, 2007.

WADE, R. **Governing the Market.** Princeton: Princeton University Press, 1990.

ZYSMAN, J. **Governments, Markets, and Growth.** Oxford: Martin Robertson, 1983.